

Pela 2ª vez, Brasil ultrapassa os EUA em mortes por Covid por 100 mil habitantes

Pela segunda vez na pandemia, o Brasil passou os Estados Unidos em número de mortes por Covid-19 por 100 mil habitantes.

Na última quinta-feira (15), segundo dados da Universidade Johns Hopkins (EUA) e do site Our World in Data, o Brasil tinha 171,9 mortes a cada 100 mil brasileiros. Enquanto isso, os EUA registrava 170,8 mortes por Covid a cada 100 mil americanos.

Naquele dia, o Brasil, com 212 milhões de habitantes, registrava 365.954 óbitos pela Covid-19 desde o início da pandemia. Os Estados Unidos, com mais 330 milhões de habitantes, tinha no total 565.363 mortes.

A diferença de taxas entre os dois países continuou a aumentar desde então. Com os

dados mais recentes de ambos, o Brasil registra 175,6 mortes/100 mil e os EUA, 171,4/100 mil.

Apesar de os Estados Unidos serem o país com o maior número de mortes desde o início da pandemia, a situação da nação começou a mudar no início deste ano, com a troca de presidente: saiu Donald Trump, que minimizava a pandemia e desestimulou medidas com eficácia comprovada, como o uso de máscaras, para dar lugar a Joe Biden. Desde então, o democrata vem cumprindo as promessas de ouvir especialistas, impor distanciamento social e estimular a adoção das proteções faciais.

Além disso, os EUA aceleraram a campanha de vacinação. Trump, apesar do negacionismo, mas mirando

as eleições de 2020, levou o governo americano a acelerar o desenvolvimento de imunizantes.

Enquanto isso, o Brasil se vê no pior momento da pandemia sem sinal de amenização da crise sanitária no horizonte. As mortes no país parecem ter se estabilizado em níveis altíssimos, acima de 3.000 óbitos diários, pressionando o sistema de saúde. Mesmo com dados elevados e a situação fora de controle, estados e municípios já começaram a relaxar as restrições de serviços não essenciais.

Especialistas criticam a flexibilização nesse momento e temem que o Brasil permaneça em um platô de mortes e casos elevado ou que a situação piore.

Phillippe Watanabe/Folhapress



Economia



Com ruas vazias e bares fechados, Vila Madalena, em SP, vive desmonte da boemia *Página - 03*

Mercado financeiro prevê inflação em 4,92% neste ano *Página - 03*



Telegramas ao Itamaraty relatam queixas de China e Rússia contra carne e soja exportadas pelo Brasil

Página - 05



Inmet estimula desenvolvimento de seguro rural paramétrico

Página - 05

Política

Folga de R\$ 38,9 bi no teto de gastos pode deflagrar nova disputa por Orçamento em 2022

Página - 04

No Mundo

Terceiro ataque a tiros em 24 horas escancara epidemia da violência armada nos EUA



As pessoas ficaram feridas depois de terem sido baleadas na noite deste domingo (18) em Shreveport, na Louisiana, o que marca o terceiro ataque a tiros nos Estados Unidos em um período de 24 horas e sustenta o discurso do presidente Joe Biden, de que o país vive uma epidemia de violência armada. Outras ocorrências foram registradas em Austin, no Texas, e em Kenosha, em Wisconsin.

Segundo a polícia de Shreveport, as circunstâncias do ataque ainda não estão claras. Os agentes atendiam o que parecia ser uma ocorrência rotineira de trânsito quando os disparos começaram.

De acordo com a imprensa local, mais de 20 viaturas

da polícia foram deslocadas ao local, e dezenas de cartuchos de munição foram encontradas no chão do estacionamento de uma clínica médica. Pelo menos uma das vítimas foi baleada na cabeça, mas não há confirmação de mortes.

Em Austin, capital do Texas, a polícia ainda procura um ex-xerife que, na manhã de domingo, matou três pessoas a tiros em um condomínio. A princípio, as autoridades suspeitaram de mais um ataque em massa, mas as investigações concluíram que tratava-se de um incidente de natureza doméstica.

O ex-xerife foi identificado como Stephen Broderick, 41. De acordo com a imprensa local, ele foi posto em li-

cença administrativa em junho do ano passado depois de ter sido acusado de violência sexual contra uma criança, crime pelo qual chegou a ser detido e liberado após pagamento de fiança.

O terceiro caso de violência armada foi registrado em Kenosha, no estado de Wisconsin. Segundo o departamento de polícia, uma pessoa que não teve a identidade revelada foi expulsa de um bar na cidade em circunstâncias ainda não esclarecidas e voltou pouco tempo depois, atirando.

Três pessoas morreram e outras três ficaram feridas. O autor dos disparos foi preso e responderá por homicídio doloso —quando há intenção de matar.

Folhapress

França impõe quarentena obrigatória a viajantes do Brasil e mais 3 países

O governo da França decidiu impor uma quarentena obrigatória de 10 dias para qualquer viajante que chegar no país vindo do Brasil, da Argentina, do Chile e da África do Sul. A medida valerá a partir do dia 24 de abril e tem prazo indefinido.

“Estes são os países mais perigosos em relação ao número de variantes existentes, especialmente o Brasil”, disse o ministro de relações exteriores da França, Jean-Yves Le Drian, em entrevista ao canal France 3.

A medida da França busca conter uma nova onda de

infecções no país por causa das variantes do coronavírus que circulam no Brasil e nos demais países. Os voos com origem do Brasil já haviam sido suspensos até o dia 23 de abril. Após esta data, passageiros terão de apresentar um teste negativo de covid-19 realizado nas últimas 36 horas.

O anúncio das novas medidas de quarentena foi feito na noite de sábado pelo primeiro-ministro francês, Jean Castex. Em comunicado, o primeiro-ministro afirmou que as restrições são necessárias por causa da “disseminação incontrolada do vírus em certos países”.

Exame



Índia anuncia início da vacinação a todos com mais de 18 anos em 1º de maio



O governo da Índia anunciou, nesta segunda-feira (19), que vai ampliar sua campanha de vacinação contra a Covid-19 a todos os indianos com mais de 18 anos a partir de 1º de maio.

A fase 3 do programa de imunização inclui ainda a imposição de novas regras para as empresas fabricantes de vacinas. A partir do próximo mês, os laboratórios indianos deverão reservar metade de toda a produção para o governo nacional, e o restante po-

drá ser comercializado com os estados do país.

A fase 1 da vacinação na Índia começou em 16 de janeiro, tendo como prioridade os profissionais da linha de frente de combate à pandemia. Em 1º de março, o país iniciou a fase 2, focando os mais vulneráveis a partir de 45 anos de idade, faixa etária que, segundo os dados do governo, corresponde a mais de 80% dos óbitos por coronavírus na Índia.

Ampliando a vacinação para todos os maiores de

18 anos a partir do próximo mês, as autoridades esperam reduzir os altíssimos índices de contaminação. Neste domingo (18), a Índia registrou mais de 273 mil casos, o maior número desde o início da pandemia e o quinto dia consecutivo com mais de 200 mil infecções.

No total, o país tem mais de 15 milhões de casos, atrás apenas dos Estados Unidos, e 178 mil mortes por Covid-19, de acordo com dados compilados pela Universidade Johns Hopkins.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Com ruas vazias e bares fechados, Vila Madalena, em SP, vive desmonte da boemia



Aluga-se a Vila Madalena. Com fase mais restritiva de isolamento após 13 meses de pandemia, o que se vê ao andar pelo bairro, outrora reduto da boemia e do turismo na capital paulista, são ruas vazias e placas de aluguel ou venda em sequência. No lugar do samba, o silêncio — e o chope, só se for pra viagem.

Bares tradicionais da famosa esquina entre a rua Fidalga e a rua Aspicuelta, como Filial e Genésio, já frequentados por nomes como Milton Nascimento, Paulinho da Viola e João Bosco, não existem mais. Também fechou as portas o bar do Betinho, deixando órfãos da sua feijoada. A Merceria São Pe-

dro, ou “Merça” para os mais chegados, e o Empanadas Bar estão apenas no delivery.

O Canto Madalena foi temporariamente fechado, e o Centro Cultural Rio Verde, que era casa de shows, estúdio, teatro, agora é vazio e decretou o fim. Mas não só. Na lista dos que sucumbiram à quarentena estão de lojas de roupa a salas em prédios comerciais até antiquário. Em frente ao que já foi uma boutique de itens infantis, cresce agora um capim que já beira a metade da porta.

No fim da semana passada, antes de o governador João Doria (PSDB) relaxar parte das restrições para frear o coronavírus no estado, era possível caminhar de ponta a ponta pelo Beco do Batman sem cruzar com ninguém —,

inédito, ver todos os grafites sem as clássicas poses para foto.

No comércio que ainda resiste, as reclamações ora são contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), principalmente pela demora na vacinação, ora contra Doria, por impor as medidas restritivas.

Desde 15 de março, o estado está na chamada fase emergencial, a mais dura até agora. Na última segunda-feira (12), o governo estadual permitiu o retorno à fase vermelha, depois relaxada para uma fase de transição.

A boemia, porém, segue vetada: das 20h às 5h, o estado mantém um toque de recolher, ainda que não haja penalização para indivíduos, só para estabelecimentos.

Thaiza Pauluza/Folhapress

Mercado financeiro prevê inflação em 4,92% neste ano



A previsão do mercado financeiro para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), neste ano, subiu de 4,85% para 4,92%. Esse foi o segundo aumento consecutivo na estimativa que consta do boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação subiu de 3,53% para 3,60%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão é 3,25%, mantida há várias semanas.

A projeção para 2021 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, mas perma-

Atividade econômica cresce 1,7% em fevereiro, diz BC

Atividade econômica registrou crescimento, em fevereiro, pelo décimo mês consecutivo. É o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem (19) pelo Banco Central (BC).

Em fevereiro, o índice apresentou alta de 1,7% na comparação com janeiro, segundo dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em relação a fevereiro de 2020, a expansão ficou em 0,98% (sem ajustes).

No primeiro bimestre comparado ao mesmo período de 2019, foi registrado crescimento de 0,23%. Em 12 meses terminados em fevereiro de 2021,

houve retração de 4,02%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

Mas o indicador oficial, com metodologia diferente do IBC-Br, é o Produto Interno Bruto (PIB) — a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado trimestralmente.

Kelly Oliveira/ABR



neces dentro do limite de tolerância. A meta, definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2,75% ao ano pelo Copom (Comitê de Política Monetária).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2021 em 5,25% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica chegue a 6% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previ-

ção é 6,5% e 6,13% ao ano, respectivamente.

As instituições financeiras consultadas pelo BC AINDA ajustaram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,08% para 3,04%. Para o próximo ano, a expectativa para PIB (Produto Interno Bruto) é de crescimento de 2,34% (contra 2,33%, na semana passada). Para 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB de 2,5%.

Já a expectativa para a cotação do dólar subiu de R\$ 5,37 para R\$ 5,40 ao final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,26. Na semana passada, a previsão para o próximo ano era R\$ 5,25.

Folhapress

Política

Folga de R\$ 38,9 bi no teto de gastos pode deflagrar nova disputa por Orçamento em 2022



A disputa entre governo federal e Congresso pelos recursos do Orçamento pode se repetir em 2022, ano eleitoral.

Estimativas da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal, apontam uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos no próximo ano, devido a despesas superestimadas no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado ao Congresso na semana passada.

O número representa a diferença entre as projeções da instituição e as apresentadas pelo governo no projeto e foram divulgadas nesta segunda-feira (19) no relatório mensal avaliação fiscal da IFI.

O PLDO traz projeção de despesas sujeitas ao teto exa-

tamente iguais ao limite do teto, que considera o valor de 2021 corrigido pela inflação acumulada em 12 meses até junho deste ano.

As divergências incluem projeções para gastos com Previdência (de pelo menos R\$ 15,6 bilhões), despesas não obrigatórias, pessoal e de benefícios como BPC, abono salarial e seguro-desemprego.

No caso da Previdência, o governo prevê a correção dos benefícios por uma inflação mais alta que a projetada pela IFI. Também espera um número maior de concessões.

Segundo a IFI, em 2020, as projeções mais pessimistas do governo, de aumento de 7% nas despesas com benefícios previdenciários, não se confirmaram. O dado final foi de cerca de 6%, em linha com a projeção da instituição.

No relatório, a instituição afirma que o cenário mais conservador adotado pelo governo também pode refletir o objetivo de evitar uma discussão sobre a divisão dessa folga no teto.

Para a instituição, o aumento de despesas aproveitando essa folga prejudicaria os resultados fiscais e a dívida pública, dado que o déficit fiscal no próximo ano ainda será elevado e não há sinal de estabilização do endividamento, que deve chegar a 93,5% do PIB.

“É um quadro que não avalizaria aumentos de gastos que não fossem estritamente necessários, como os relacionados ao combate à Covid-19, uma vez que o déficit e a dívida estarão altos”, afirma a instituição.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Em minoria, governistas miram estados na CPI da Covid e apontam conflito de Renan na relatoria



Com a iminência da instalação da CPI da Covid, senadores governistas se preparam para mirar as investigações na destinação dada a recursos federais repassados a estados e municípios e, de imediato, fazem campanha virtual contra o senador Renan Calheiros (MDB-AL) para tentar barrá-lo na relatoria da comissão.

Já os críticos do governo, que são maioria na CPI (7 dos 11 integrantes são independentes ou oposição declarada), trabalham para que os primeiros requerimentos sejam para convocar três ex-ministros e buscar por material do MPF (Ministério Público Federal) e do TCU (Tribunal

General Luna toma posse na Petrobras dizendo que desafio é conciliar consumidor e acionista

Em sua posse como presidente da Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna disse nesta segunda (19) que um dos principais desafios de sua gestão será conciliar os interesses de consumidores e acionistas. Ele não adiantou, porém, como atingir esse resultado.

A cerimônia reforçou o avanço de militares sobre o setor de energia: ao lado de Luna, compuseram o palco os almirantes Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, Rodolfo Sabóia, diretor geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e Eduardo Bacellar Leal Ferreira, presidente do conselho da Petrobras.

Luna foi nomeado pelo conselho de administração da Petrobras na sexta (16), quase dois meses após sua indicação pelo presidente Jair Bolsonaro. Ele já vinha trabalhando na

empresa, mas nesta segunda, assinou o termo de posse e recebeu o crachá da companhia.

Também tomaram posse nesta segunda os novos diretores da empresa, que terá pela primeira vez desde 2007 uma diretoria sem a presença de mulheres.

“Confesso que me sinto honrado pela confiança e impactado pela responsabilidade. Entendo que essa sensação me mantém num ponto de equilíbrio entre a ousadia e a prudência. Desde já, hipoteco minha lealdade, meu senso de responsabilidade e todas as minhas energias no cumprimento dessa honrada missão”, disse Luna.

Em seu discurso, o novo presidente da Petrobras tentou tranquilizar investidores, ao mesmo tempo em que tocou em um ponto sensível ao presidente da República, crítico da imprevisibilidade sobre os reajustes de preços dos combustíveis. Nicola Pamplona/Folhapress



de Contas da União) sobre a atuação do governo no combate à pandemia.

De imediato, governistas, mesmo os que não são senadores, lançaram nas redes sociais a campanha #RenanSuspeito, sob o argumento de que o senador não pode ser relator, já que um dos focos da CPI são os estados –seu filho, Renan Filho (MDB) é governador de Alagoas.

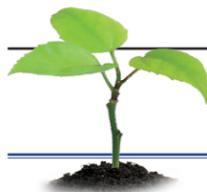
“Se a CPI vai investigar os repasses da União a estados, tem sentido o possível relator ser PAI de um dos governadores?”, escreveu em uma rede social a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), integrante da tropa de choque de Bolsonaro no Legislativo.

“Ele tem um filho que é governador. Tem conflito de interesse”, argumentou o senador Eduardo Girão (Pode-mos-CE).

Renan nega suspeição e rebate as críticas. “A história não alegará minha suspeição jamais porque agirei coletivamente, não agirei monocraticamente. Designarei sub-relatores para os variados temas, inclusive este [eventuais apurações sobre Alagoas]. Quantas campanhas já sofri em rede social. Estão fazendo campanha contra a pessoa errada”, afirmou.

Girão se declara independente, mas atua com outros três senadores na defesa de Bolsonaro na CPI.

Daniel Carvalho/Folhapress



Telegramas ao Itamaraty relatam queixas de China e Rússia contra carne e soja exportadas pelo Brasil



As embaixadas do Brasil na China e na Rússia reportaram, em telegramas ao Itamaraty, problemas em alimentos brasileiros exportados. Segundo diplomatas, autoridades nos dois países cobram soluções e há até queixa por “falta de controle” em relação aos produtos brasileiros.

Moscou, por exemplo, alertou para o índice de agrotóxico acima do limite permitido. Só em 2020, a reclamação envolveu mais de 300 mil toneladas de soja.

A missão em Pequim, por outro lado, relatou ao menos seis registros de presença do novo coronavírus em embalagens de carne e de pescado.

Nos telegramas, as duas embaixadas disseram que

os órgãos de fiscalização da Rússia e da China pediram providência ao Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Segundo dados do Comex Stat, um sistema do governo para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro, a soja correspondeu a 25% da exportação brasileira para a Rússia em 2020.

Em um dos telegramas de janeiro, a embaixada do Brasil em Moscou cita que o Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia está preocupado com casos repetidos de detecção de glifosato acima do tolerado.

O documento pontuou que o país está endurecendo o controle sobre a presença da substância em produtos de

grãos tanto no mercado interno quanto nas operações de exportação e importação.

A justificativa usada pelo país seria por causa do alto grau de toxicidade do glifosato para humanos e animais, confirmado por estudos da OMS (Organização Mundial de Saúde).

No Brasil, esse tipo de agrotóxico é permitido pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

O telegrama assinado pelo embaixador na Rússia, Tovar da Silva Nunes, citou que a agência reguladora russa tem informado repetidamente ao Mapa sobre o fornecimento ao país de soja com níveis acima do permitido desde 2019.

Folha/Biznews

JBS volta às compras e adquire empresa de ‘plant-based’ na Europa por 341 mi euros



A JBS, maior produtora de carnes do mundo, voltou às compras, mas dessa vez para adquirir uma companhia de proteínas vegetais, a europeia Vivera, por 341 milhões de euros, de olho no forte crescimento do mercado vegetariano, conforme fato relevante divulgado nesta segunda-feira.

Com um portfólio de 50 produtos, a Vivera tem três unidades fabris na Holanda, além de um centro de pesquisa e desenvolvimento no mesmo país, para atender um segmento que cresce cerca de 20% ao ano na Europa, especialmente entre holandeses, alemães e ingleses, que respondem por 60% do mercado de “plant-based” europeu.

Inmet estimula desenvolvimento de seguro rural paramétrico

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), quer fomentar o desenvolvimento de seguro rural com índice paramétrico no país com base nos dados meteorológicos coletados e analisados pelo órgão. O instituto firmou um acordo de cooperação com a empresa Newe Seguros, que prevê o uso de informações do Sistema de Informação Meteorológica (SIM Inmet) no cálculo dos contratos firmados entre as empresas seguradoras e os produtores rurais.

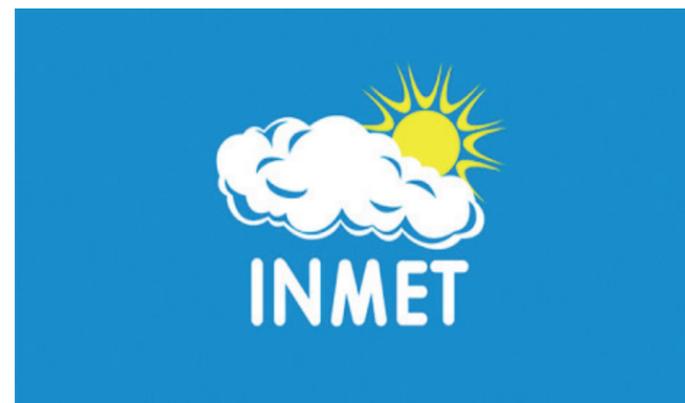
O seguro paramétrico, ou seguro de índice, é diferente do convencional, por não ser necessário haver um dano físico na propriedade rural, causado por um evento climático, para que o segurado tenha direito ao pagamento do seguro. O segurado poderá

ser ressarcido caso não tenha sido alcançado índices meteorológicos estabelecidos no contrato, como quantidade de chuva, velocidade do vento ou milímetros de chuva, entre outros. A insuficiência de chuva em um período de crescimento do milho, por exemplo, pode impactar de forma negativa a qualidade do produto a ser comercializado. Neste caso, com o seguro paramétrico, o segurado poderá ser ressarcido em razão do potencial dano à produção.

Com este tipo de seguro, o Inmet espera que os custos do produtor, ao contratar um seguro rural, sejam reduzidos.

Para o diretor do Inmet, Miguel Ivan Lacerda de Oliveira, o trabalho em conjunto é o primeiro passo para fomentar o mercado de seguros de índices paramétricos a partir de dados do Sistema de Informação Meteorológica (SIM Inmet).

Notícias Agrícolas



As ações da JBS subiram mais de 4% na tarde desta segunda-feira, com analistas citando que o mercado de produtos vegetarianos é de maior valor agregado. Eles disseram ainda que a transação da Vivera colabora para a empresa diversificar sua atuação, ao mesmo tempo em que aponta que a companhia está de volta às aquisições.

Segundo o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, a Vivera dará “musculatura” em “plant-based” para a companhia, que ainda tem um negócio relativamente pequeno nesse segmento. Conta com a empresa Planterra, nos EUA, que comercializa a marca OZO, além da linha Incrível, da brasileira Seara, que detém liderança nacional

em hambúrgueres vegetais.

“É um segmento que cresce globalmente... Seremos um ‘player’ relevante nesse setor, a aquisição faz sentido estratégico, acelera muito a nossa estratégia no segmento de ‘plant-based’”, disse Tomazoni à Reuters.

“O segmento de ‘plant-based’ na JBS é pequeno, mas o importante é que ele tem altas taxas de crescimento”, acrescentou o CEO, sem citar números.

O negócio anunciado pela JBS nesta segunda-feira vai na linha de movimento de seus concorrentes, que também buscam tirar proveito do crescimento do mercado de produtos vegetarianos.

Notícias Agrícolas

Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 08.642.976/0001-70
Relatório da Administração

Senhores cotistas, cumprindo as disposições legais, temos o prazer de submeter a V.Sas. as Demonstrações Contábeis anuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. São Paulo, 15 de abril de 2021. A Administração

Balancete Patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			Demonstração do Resultado 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019	Atividade	2020	2019
Ativo Circulante Disponível	4	12.140	7.978	Passivo circulante	9	9.316	9.322	Atividades operacionais	10.004	11.508
Disponível		4	22	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		6	12	(+) Resgate de Aplicações Financeiras		
Realizável		12.136	7.956	Empréstimos e Financiamentos a pagar	10a	9.310	9.310	(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		
Aplicações Financeiras	5	11.945	7.422	Passivo não circulante		3.880	13.189	(-) Pagamentos de Tributos e Taxas	(28)	(152)
Créditos Tributários e Previdenciários	6	191	171	Empréstimos e Financiamentos a pagar	10b	3.880	13.189	(-) Aplicações Financeiras	(14.350)	(8.350)
Bens e Títulos a Receber	7	-	363	Patrimônio Líquido		353.819	259.994	(+) Outros Pagamentos Operacionais	(8)	(25)
Ativo Não Circulante		354.875	274.527	Capital Social	11	53.643	53.643	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(4.382)	(2.980)
Realizável a longo prazo		354.875	274.527	Reserva de Capital		-	-	Atividades de Investimentos	45.583	15.384
Investimentos	8	367.015	282.505	Reserva de Lucro		300.176	206.351	(+) Recebimentos de Dividendos		
Total do ativo		367.015	282.505	Reserva de Lucro		367.015	282.505	(+) Recebimento Redução de Investimento		
				Total do Passivo + Patrimônio Líquido		367.015	282.505	(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total	2020	2019	2019
Capital Social	53.643	151.783	-	205.426			
Reserva para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-			
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	63.952	(9.384)			
Distribuição de Lucros	-	(9.384)	-	(9.384)			
Transferência para Reserva de Lucro	-	63.952	(63.952)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	53.643	206.351	-	259.994			
Capital Social							
Reserva para Futuro Aumento de Capital							
Lucro/Prejuízo do Exercício			115.408	115.408			
Distribuição de Lucros		(21.583)	-	(21.583)			
Transferência para Reserva de Lucro		115.408	(115.408)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.643	300.176	-	353.819			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – A Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. (Villa), está localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, 3º andar, no bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo. A empresa tem por objeto social a participação em outras sociedades de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, podendo associar-se com outras sociedades, de qualquer forma. **Impactos causados pela pandemia da COVID-19 ("Coronavírus")**: A Empresa monitora os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 em suas investidas, cuja Administração de cada uma delas, tem adotado medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde. As medidas referem-se à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações, incluindo a avaliação de recuperabilidade dos ativos para cada unidade geradora de caixa, tendo como base as informações disponíveis na data de fechamento das suas correspondentes demonstrações.

2. Base de Elaboração e Apresentação – As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de abril de 2021 **Base para Mensuração**: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; • Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Moeda funcional e de apresentação**: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. **Uso de estimativas e julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste dentro do próximo período financeiro; • Aplicativos financeiros: **Consolidado**: A Empresa possui participação societária em entidades controladas, cujo modelo se enquadra nas exceções previstas no CPC 36 R3 (Demonstrações consolidadas) no item 4 (a). Dentro deste contexto, Administração optou por se abster da necessidade das demonstrações contábeis consolidadas, e portanto, a Empresa não as preparou e não as divulgou.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis Adotadas – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa**: Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo, representados pelas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa". **b) Aplicações financeiras**: A empresa classifica suas aplicações financeiras como valor justo por meio do resultado. A classificação é definida pela administração no momento inicial conforme a estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado**: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos

e estratégia de investimentos. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **ii. Determinação do valor justo**: A valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço. **b. Quando disponível**, a empresa determina o valor justo de aplicações financeiras com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidéjugas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) As operações compromissadas, são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo. (II) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. **c) Redução ao valor recuperável** – ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As perdas são avaliadas anualmente, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 01. **d) Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre a base presumida. A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado **e) Passivos financeiros**: Passivos financeiros compreendem Tributos e Encargos Sociais a Recolher, Empréstimos a Pagar e Débitos Diversos que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **f) Transação com partes relacionadas**: (i) **Contrato de mútuo**: O contrato de mútuo se deu no dia 10 de outubro de 2016, com a empresa Premium Assistance Serviços de Assistência Ltda. (mutuária). A modalidade de mútuo é o oneroso, o qual implica cobrança de juros sobre o montante emprestado, atualizado mensalmente pela variação CDI. A quitação do mútuo ocorreu no exercício de 2020. (ii) **Apropriação de juros**: Os juros são provisionados mensalmente e são alocados como receitas financeiras, aumentando o ativo a receber. **g) Empréstimos**: (i) **Contrato de cessão fiduciária de aplicações financeiras**: O contrato de cessão fiduciária de aplicações financeiras se deu no dia 10 de maio de 2017, com o Banco Alfa de Investimentos S.A. O empréstimo implica cobrança de juros sobre o montante emprestado, atualizado mensalmente pela variação CDI. O número de prestações é de 60 (sessenta) parcelas, vencendo a última em 10 de maio de 2022. (ii) **Juros**: Conforme as parcelas são quitadas, os juros são lançados como despesas financeiras.

4. Disponível – Caixa e equivalentes de caixa			
	2020	2019	
Bancos Conta Corrente	4	19	
Caixa Equivalente de Caixa	4	3	
	4	22	

Os valores que compõe caixa e equivalentes de caixa são compostos por aplicações automáticas bancárias.

5. Aplicações Financeiras – a. Composição por prazo e nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Ativos	Aging				Sem vencimento	Classificação			Total	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (E = A + B + C + D)		Valor de curva	Valor justo	Ganho/Perda não realizado	2020	% 2019
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)
Fundo de Investimentos	10.111	1.787	50	(3)	11.945	(3)	10.176	10.179	11.945	100%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento Excluído Mendoza	10.111	1.787	50	(3)	11.945	(3)	10.176	10.179	11.945	100%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	7.876	597	-	8.473	-	7.104	7.104	8.473	-2.494
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	339	280	50	670	-	488	488	670	-1.102
Letra Financeira	2	1.349	89	-	1.438	-	1.349	1.349	1.438	-
CDB	2	546	-	-	546	-	431	431	546	-
Debênture	2	-	588	-	588	-	588	588	588	-
Operações Compromissadas Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	-	232	-	232	(3)	(3)	232	232	-3.826
Total	10.111	1.787	50	(3)	11.945	(3)	10.176	10.179	11.945	100%

b. Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Diretoria		Eduardo Octaviano Filho	
Juan Carlos Villa Larroudet	Santiago Juan Villa Larroudet		
André do Amaral Coutinho	Victoria Maria Villa Larroudet		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Quotistas
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desfecho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos**: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2021.

Contadora		David Elias Fernandes Marinho	
Luiza de Marillac Freire Araujo		Contador	
Contadora CRC 1CE 015592/O-0 "T" SP		CRC 2 SP 015.165/O-8	

Paraguassu Participações S.A.
CNPJ nº 09.477.912/0001-23

Edital de Convocação de Acionistas

Ficam convocados os Srs. acionistas a participarem, sob a forma exclusivamente DIGITAL, conforme disposição da IN DREI nº 81/2020 no dia **30/04/2021, às 9:00 horas**, a fim de deliberarem: **AGO:** a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020; b) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício findo. **AGE:** a) alteração do endereço da sede da Companhia; b) Outros assuntos de interesse social. Informamos que, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020: (i) as Assembleias serão realizadas sob a forma DIGITAL, por sistema eletrônico de vídeo conferência *Google Meets*, dotado de segurança, transparência e confiabilidade, o qual permitirá a participação e votação dos acionistas à distância; e (ii) os conclaves serão gravados integralmente, cuja cópia ficará arquivada na sede da Companhia. Campinas, 12/04/2021. **Fernando de Mello Mattos Haaland** – Diretor. (16, 17 e 20/04/2021)

Brooklyn Empreendimentos S/A – CNPJ/MF nº 61.364.022/0001-25
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam os Srs. acionistas convidados a se reunirem em AGOE a realizar-se às 10h30 do dia 30/04/2021 na sede à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 618, conj. 01, sala 06, para deliberarem: **AGO I)** Contas dos administradores: exame, discussão e votação das demonstrações financeiras findas em 2020; **II)** Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. **AGE I)** Aprovar/Ratificar o cancelamento de 5.572,9911148 ações ordinárias de titularidade dos acionistas minoritários/fracionários, sem redução do capital social; **II)** Deliberar sobre o encerramento da filial no município de São José-SC; **III)** Deliberar sobre alterações dos artigos que tratam da administração da sociedade. São Paulo, 19/04/2021. **A Diretoria** (20, 21 e 23/04/2021)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A. CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 28 de abril de 2021, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e votar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Fixar a remuneração global anual da administração; e **Em AGE:** (i) Deliberar sobre aumento de capital social. SP, 19/04/2021. **Angela Martins Guido Rios** - Presidente do Conselho de Administração

AT&B Participações Societárias S/A – CNPJ nº 39.614.927/0001-57
Edital de Convocação de Assembleia Geral – Sociedade Anônima

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 30/04/2021 às 8h30min na sede social, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1752, conjunto 2.309, Bloco A, Cond. Casa das Caldeiras, Bairro Água Branca, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com a seguinte Ordem do Dia: **a)** tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2020; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** outros assuntos de interesse geral. São Paulo, 22/04/2021. Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 23/04/2021)

AcessoPar Investimentos e Participações S.A.
CNPJ nº 20.430.599/0001-00 - NIRE 35.300.466.284

Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária

O Conselho de Administração da Companhia convoca seus acionistas para se reunirem em AGO a ser realizada no dia 03/05/2021, às 17h30, por meio de videoconferência (conforme link a ser enviado por e-mail a cada um dos acionistas), para a seguinte ordem do dia em sede de AGO: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes; (ii) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2020; (iii) reeleger os atuais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) fixar a remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021. A documentação relativa à matéria da ordem do dia está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e, tendo em vista a situação de pandemia, a documentação em questão também poderá ser enviada por e-mail, mediante solicitação dos acionistas.

comercial@datamercantil.com.br

Webuild SpA – Sucursal Brasil

CNPJ/MF nº 03.221.809/0001-31

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Balancete Patrimonial	2020		2019		Balancete Patrimonial	2020		2019		Demonstração do Resultado	2020		2019	
	Ativo I Circulante	66.536	65.070	Passivo I Circulante		11.328	49.432	Receita líquida	2.757		10.113	Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(306)	(2.059)
Caixa e equivalentes de caixa	1.500	1.311	Fornecedores	1.558	1.443	Despesas com pessoal	(500)	(601)	Despesas administrativas e gerais	(2.437)	(4.834)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Contas a receber	53.385	50.812	Obrigações trabalhistas	318	508	Outras receitas (despesas) operacionais	1.051	1.689	Despesas tributárias	(51)	(199)	Outras receitas (despesas) operacionais	1.051	1.689
Estoque	-	296	Tributos a recolher	6	7	Despesas administrativas e gerais	(2.437)	(4.834)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Adiantamentos	1	41	Contas a pagar de arrendamento	147	174	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Partes relacionadas	13.230	11.445	Adiantamento de Cliente	7.746	7.746	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Conta corrente consórcios a receber	-	745	Conta corrente consórcios	2.998	2.998	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Impostos a recuperar	418	410	Partes relacionadas	-	38.494	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Outros créditos	2	10	Outras obrigações	255	265	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Não circulante	2.346	2.617	Não circulante	62.797	7.586	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Outros créditos	134	150	Partes relacionadas	57.017	-	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Depósitos judiciais	44	44	Contas a pagar de arrendamento	1.177	1.361	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Direito de uso	1.439	1.471	Impostos Diferidos	-	1.302	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Imobilizado	729	952	Provisão para Rescisões	53	36	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
Total do ativo	70.882	67.687	Provisão para contingências	4.550	4.887	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
			Patrimônio líquido	(3.243)	10.669	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
			Capital social	12.446	12.446	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
			Reserva de capital	11	11	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
			Prejuízos acumulados	(15.700)	(1.788)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)
			Total do passivo e patrimônio líquido	70.882	67.687	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)	Despesas tributárias	(51)	(199)

Juros caem com avanço nas discussões do Orçamento e fala de Silva e Luna



Os juros futuros terminaram o dia em queda, reagindo à movimentação em Brasília em torno dos ajustes ao Orçamento prometidos para esta segunda-feira. Foi apresentado nesta data relatório do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2021 para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, a despeito dos vetos terem ficado abaixo do esperado, pesou mais o fato de que finalmente houve acordo após semanas de impasse. A solução ficou longe do ideal, mas foi a possível para conciliar demandas políticas e da equipe econômica. Além disso, assim como a Bolsa, o mercado de juros também gostou do discurso do novo presidente da Petrobras, ge-

neral Joaquim Silva e Luna, que tomou posse reafirmando a política de paridade de preços e rechaçando interferências na companhia sob o seu comando. O alívio no câmbio e o ambiente ameno no segmento de Treasuries seguiram dando suporte ao desmonte de posições compradas. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 encerrou em 4,625%, de 4,656% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 7,966% para 7,88%. A do DI para janeiro de 2027 passou de 8,604% para 8,50%. A trajetória de queda foi definida à tarde, na medida em que o noticiário ia sinalizando que a solução para o texto estava sendo costurada.

IstoÉDinheiro

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,5744 / R\$ 5,5750 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,5510 / R\$ 5,5530 *
Turismo - R\$ 5,5400 / R\$ 5,7130

(*) cotação média do mercado
(* *) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,57%

OURO BM&F

R\$ 312,800

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,15%

Pontos: 120.933

Volume financeiro: R\$ 52,389 bilhões

Maiores altas: Petrobras

PN (5,80%), Braskem PN

(5,62%), Petrobras ON

(5,03%)

Maiores baixas: CIA Her-

ing ON (-3,98%), Eneva

ON (-3,60%), Lojas

Renner ON (-3,56%)

S&P 500 (Nova York):

-0,53%

Dow Jones (Nova York):

-0,36%

Nasdaq (Nova York):

-0,98%

CAC 40 (Paris): 0,15%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,59%

Financial 100 (Londres):

-0,28%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,01%

Hang Seng (Hong Kong):

0,47%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,49%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 2,43%

Merval (Buenos Aires):

0,76%

IPC (México): -1,34%



Capgemini Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63

Relatório de Administração

Senhores acionistas, A administração da Capgemini Brasil S.A. (Capgemini ou Companhia ou Empresa) submete à sua apreciação o Relatório de Administração e respectivas Demonstrações Financeiras (controladora e consolidada), com o relatório dos auditores independentes e notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. As demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2020 e 2019 incluem a seguinte empresa controlada:

Empresa	Percentual de Participação
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	99,99

Estratégia: A Capgemini é a parceira ideal das empresas para a transformação dos negócios por meio da tecnologia. Somos um time diverso com cerca de 5.000 profissionais em todo o país. Com sua forte herança de mais de 50 anos de atuação global e profunda experiência no setor, a Capgemini Brasil atende clientes nacionais e globais em suas necessidades-chave de negócios, desde estratégia e design até operações, com uma abordagem que agrega a inovação e as principais tecnologias de ecommerce, cloud, data, inteligência artificial, conectividade, aplicações e plataformas. A Companhia reportou em 2020 receita bruta no montante de R\$ 648 milhões e consolidado de R\$ 661 milhões. **Desempenho:** No Brasil, a Companhia implementou uma série de iniciativas que reforçaram seu posicionamento no mercado por meio das mídias digitais, enquanto internamente implementou um programa de transformação cultural em sua equipe conhecido como "Shaping our Future", com base no resgate e reforço dos nossos 7 valores, fortalecendo o engajamento e o senso de pertencimento dos profissionais em um ano marcado pelo trabalho remoto. Migramos cerca de 95% do nosso time em 10 dias para o modelo de home office, priorizando a saúde e segurança dos nossos profissionais em tempos de pandemia. A Capgemini é uma das três principais provedoras de serviços de Tecnologia da Informação no país (IDC IT services tracker 2020). Reforçamos nosso portfólio de Digital Services com a incorporação da Itelios Brasil ao nosso time, dentro

da prática de Client Experience (CX). Isso nos trouxe também uma maior aproximação com software houses e parceiros em soluções de ecommerce e Marketing Services no Brasil. Além da migração da nossa própria infraestrutura para a nuvem tecnológica, implementamos soluções que nos permitiram acompanhar a saúde dos nossos profissionais, que atuam em tempo real suas condições e se havia algum caso de Covid-19 na equipe para que as medidas fossem tomadas. Com foco na produtividade e competitividade na prestação de serviços, a Capgemini aumentou ainda mais seus investimentos no desenvolvimento de seus talentos. Implementou uma nova plataforma de treinamentos (NEXT) bem como seguimos metodologias, ferramentas e processos globais para buscar a industrialização dos projetos, aumentando ainda a eficiência operacional. Sob o ponto de vista do go-to-market, aumentou ainda mais seu foco em verticais de indústrias, tendo Serviços Financeiros, Telco, Utilities, Produtos de Consumo e Varejo, Seguros, Setor Público como as de maior prioridade. Segundo a pesquisa IT Services Tracker do IDC, a Companhia é a segunda no ranking de serviços de tecnologia para o setor financeiro no Brasil (dados de 2020). Em 2020, a atuação nessa área representou 38% da receita da Companhia no país (incluindo o segmento de seguros), permitindo-nos reunir uma profunda experiência nesse segmento, tanto em processos e necessidades de negócio, quanto nas tecnologias que o suportam. Setor que merece destaque é o de Multi-Indústria, compreendendo por TME (Telco, media e entertainment), EUC (Energy, Utilities and Chemicals) e Mals (mining, automotive), que se tornou o segundo mais representativo em receita (27%). CPRD (Consumer Products, Retail and Distribution) segue em uma constante crescente desde sua estruturação como setor estratégico de mercado para a Capgemini a partir de 2017. A Companhia não terá distribuição de dividendos relativos ao ano de 2020. **Liderança reconhecida:** A Capgemini possui algumas das mais importantes certificações requeridas pelo mercado brasileiro para atestar a qualidade, sustentabilidade ambiental e segurança da informação dos serviços, dentre eles os certificados das normas ISO9001:2015, ISO14001:2015, ISO27001:2013 e ISO/IEC 20000:2011, ISAE3402 (SOC 1 Tipo 2), MPT Br (Melhoria de Processos de Teste Brasileiro) Nível 3, CMMI - Capability Maturity Model Integration DEV 1.3 nível 3, ratificando a excelência dos processos da Companhia no país. Recebemos ao longo do ano diversos reconhecimentos que nos posicionam como líder nas principais tecnologias digitais em que atuamos: **Everest:** Líder em Next Gen Application Management; Applications & Digital services para seguradoras e Mercados de Capitais; Líder em Data & Analytics; Risk & Compliance para serviços financeiros; Open banking; Star performer of the year in Insurance; Forrester: Líder em Multicloud Managed Services e AMS NextGen. **Nelson Hall:** Líder em Serviços Gerenciados para Bancos, serviços de Advanced Digital Workplace, cloud based HR transformation, ERP SAP Cloud Migration, digital banking. **Gartner:** Líder nos quadrantes mágicos de Serviços de TI para provedores de comunicação, Infraestrutura de Cloud Pública, S4/hanna application services, CX & CRM, Data & Analytics services. **ISG:** Líder em ADMnextgen, ServiceNow Ecosystem, e Rising Star em Salesforce Ecosystem. **IDC:** Líder em serviços de RPA para setor financeiro, líder em business analytics. Líder em avaliação de clientes por implementação de SAP. **AI Breakthrough award** - Inovação em inteligência artificial por 2 anos consecutivos. **Gestão de Recursos Humanos:** Além das campanhas e iniciativas de engajamento do programa de transformação cultural Shaping our Future, em parceria com o Marketing. A equipe de recursos humanos atuou fortemente em melhorias nos nossos benefícios com a implementação de novos para aumentar nossa atratividade e retenção; na implementação de uma nova plataforma de treinamentos online, que consolida em um único lugar os acervos do Capgemini University, parceiros tecnológicos, universidades do mundo todo, conteúdos do Coursera, EF, entre outros, totalizando mais de 250 mil cursos e 1200 instituições; além de implementar novos processos e metodologias de recrutamento, resultando uma redução de 60% no SLA das contratações e o ingresso de cerca de 1800 novos

talentos em nossa equipe. A empresa busca sempre atuar no desenvolvimento contínuo. Somente em 2020, mais de 200 profissionais obtiveram novas certificações em tecnologias que atuamos, mais de 500 profissionais passaram pelas academias de especialização, sendo 300 deles novos talentos recrutados e treinados. A Capgemini investiu também na formação dos seus gestores, com o programa Connected Manager em parceria com a Harvard, que formou em 2020 cerca de 150 executivos de posição gerencial. Adotamos também um processo de avaliação contínua de satisfação dos nossos profissionais para identificar pontos de melhoria e melhor qualificar as ações de retenção de talentos. A combinação de todas essas ações resultou em um crescimento da nossa avaliação no Glassdoor de 3,6 (final de 2019) para 4,3 (final de 2020). **Sustentabilidade Corporativa: • Gestão Ambiental:** Em 2020, com a migração do nosso time para o modelo de home office, além de atuar pela saúde e segurança dos nossos profissionais, a Capgemini Brasil contribuiu para com uma significativa redução de emissão de carbono uma vez que os deslocamentos e viagens não aconteceram desde março de 2020. A ação contribuiu também para a redução do consumo de papel, plástico, água e energia elétrica dos escritórios. Globalmente nosso CEO - Aiman Ezzat firmou um compromisso de tornar a Capgemini Carbon Zero até o ano de 2030. A Capgemini Brasil integrou-se a certificação ISO 14001:2015 do grupo Capgemini. • **Equidade de Gênero:** No ano de 2020, a Capgemini Brasil avançou mais alguns passos em sua missão de equidade de gêneros, alcançando um percentual de 34% de mulheres em sua equipe, contra 20% da média do setor no Brasil de acordo com o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O comitê **Women@Capgemini** atuou fortemente durante o ano para contribuir com esse índice, buscando aumentar a atratividade e retenção de mulheres do time. Ações de equiparação salarial entre homens e mulheres, e a ampliação da licença maternidade de 4 para 6 meses foram alguns dos destaques. Em complemento, o grupo segue fomentando programas de treinamento para o desenvolvimento do idioma inglês, fundamental nas carreiras de tecnologia.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.600	63.687	33.626	63.995			
Contas a Receber	7	200.149	223.730	211.217	250.486			
Estoques	8	-	-	-	1.618			
Adiantamentos a Fornecedores e a Funcionários		3.535	2.302	3.593	2.302			
Impostos e Contribuições a Recuperar	9	25.613	27.935	36.127	28.486			
Despesas Antecipadas		3.024	3.034	3.022	3.860			
Outros Créditos		9.508	16.730	9.520	16.741			
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	20	2.700	-	2.700	-			
Total ativo circulante		278.129	337.418	299.805	367.488			
Depósitos Judiciais	16	19.492	16.603	19.492	16.787			
Outros Créditos	7	1.490	2.820	2.123	6.253			
Despesa Antecipada		7.301	9.739	7.301	9.739			
Despesa Antecipada IRPJ e CSLL Diferidos	25	-	37.795	-	37.795			
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	20	1.907	14.418	-	-			
Total do realizável a longo prazo		30.281	81.711	29.006	70.909			
Investimentos	10	12.781	2.179	-	-			
Imobilizado	11	48.852	47.862	48.852	47.862			
Intangível	12	32.950	32.984	32.950	32.984			
Total do ativo não circulante		124.864	164.736	110.808	151.755			
Total do ativo		402.993	502.154	410.613	519.243			

Passivo	Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Fornecedores	13	27.512	31.479	29.873	34.539			
Arrendamentos	17	2.906	3.950	2.906	3.950			
Mútuo com partes relacionadas	20	47.546	47.541	47.546	47.541			
Obrigação de Repasse de Cessão de Crédito	14	-	11.785	-	11.785			
Salários e Encargos Sociais	15	54.006	56.762	54.020	56.798			
Participação nos Resultados e Prêmios		8.693	11.963	8.700	12.222			
Obrigações Tributárias		10.146	12.700	10.578	13.347			
Antecipação de Clientes		15.201	7.210	15.201	7.620			
Outras Obrigações	18	35.186	43.976	37.308	55.055			
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	20	20.276	2.547	20.276	2.547			
Total passivo circulante		221.472	229.913	226.408	245.044			
Fornecedores	13	-	19.378	-	19.378			
Arrendamentos	17	900	2.113	900	2.113			
Provisão para Contingências	16	75.859	70.440	78.543	72.038			
Outras Obrigações	18	7.852	8.294	7.852	8.294			
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	20	-	78.755	-	78.755			
Total passivo não circulante		84.611	178.980	87.295	180.578			
Patrimônio líquido								
Capital social	19	1.695.618	1.545.618	1.695.618	1.545.618			
Reserva de Capital		383.117	383.117	383.117	383.117			
Reserva de Reavaliação		1.133	1.133	1.133	1.133			
Prejuízos Acumulados		(1.982.958)	(1.836.607)	(1.982.958)	(1.836.607)			
Total patrimônio líquido		96.910	93.261	96.910	93.261			
Total do passivo		306.083	408.893	313.703	425.982			
Total do passivo e do patrimônio líquido		402.993	502.154	410.613	519.243			

1. Contexto operacional - A Capgemini Brasil S.A. ("Capgemini" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede na Alameda Grajaú, nº 60, andares 14, 15 e 16, CEP 06454-050, Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividades principais o desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, a prestação de serviços e de assistência técnica a terceiros na área de informática, bem como a industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados. Conjuntamente com a sua controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda., a Companhia constitui o Grupo Capgemini Brasil (o "Grupo"). Em relação à manutenção da posição financeira da Companhia, ocorreu um aporte de capital em dezembro de 2020 no montante de R\$ 150.000, o qual juntamente com a melhoria de resultados operacionais já em andamento, assegura a continuidade futura das operações. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e o têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **a. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.2. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais de 50% dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *goodwill*. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Ganhos ou prejuízos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. As políticas contábeis das controladas são

alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2020 e 2019 incluem a seguinte empresa controlada:

Empresa	Percentual de Participação
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	99,99

A controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. tem como sócio quotista, a Capgemini Latin America com participação de 0,01%. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. b. Transações e saldos em moeda estrangeira: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os ganhos e perdas cambiais atrelados a operações de derivativos de proteção de risco cambial, são apresentados na demonstração do resultado como "custos ou despesas operacionais líquidas". **2.4. Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos e Passivos financeiros:** **2.5.1. Instrumentos financeiros ativos:** (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O custo a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** **Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Instrumentos patrimoniais) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um desdobramento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa				Total do líquido do Patrimônio líquido
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	Nota	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Capital social		1.545.618	1.545.618	1.545.618	1.545.618	1.545.618	1.545.618	1.545.618	1.545.618
Reserva de Capital		383.117	383.117	383.117	383.117	383.117	383.117	383.117	383.117
Reserva de Reavaliação		1.133	1.133	1.133	1.133	1.133	1.133	1.133	1.133
Prejuízos Acumulados		(1.982.958)	(1.836.607)	(1.982.958)	(1.836.607)	(1.982.958)	(1.836.607)	(1.982.958)	(1.836.607)
Total patrimônio líquido		96.910	93.261	96.910	93.261	96.910	93.261	96.910	93.261
Total do passivo		306.083	408.893	313.703	425.982	306.083	408.893	313.703	425.982
Total do passivo e do patrimônio líquido		402.993	502.154	410.613	519.243	402.993	502.154	410.613	519.243

taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modificam o valor ou o época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **2.5.2. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** (i) **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo no resultado do exercício. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Vide nota 2.5.3 (iii) sobre derivativos designados como instrumentos de hedge. (ii) **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos no resultado do exercício. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (iii) **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. (iv) **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **2.5.3. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento ini-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

||
||
||

... continuação

nhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha ativamente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Apesar de a Companhia e sua controlada contratarem instrumentos derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa câmbio, a Companhia e sua controlada não adotam *hedge accounting*. **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As variações no valor justo dos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* de qualquer um desses instrumentos derivativos e são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Custos e Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, decrescidas da perda estimada. **2.7. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.8. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Caso contrário, são apresentados no ativo não circulante. **2.9. Ativos intangíveis:** **a. Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações financeiras consolidadas como "ativo intangível", enquanto que, nas demonstrações financeiras individuais, é registrado como "investimentos", a menos que a empresa adquirida tenha sido incorporada pela Companhia. Caso a Companhia apure deságio, registra o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **b. Softwares:** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	
5	Construções e edificações
10	Instalações
10	Móveis e utensílios
5	Veículos
5	Equipamentos operacionais
5	Benefícios em imóveis de terceiros
5	Equipamentos de processamento de dados
4 a 10	Outros

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício e os valores são ajustados de forma prospectiva. A administração considera que não existiram fatos significativos em 2020 e 2019 que puderam gerar uma mudança nas vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais, na demonstração do resultado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que são sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (a) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonst-

rações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.15. Benefícios a empregados: Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.16. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece receitas a medida em que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizadas por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Companhia e sua Controlada, como prestadores de serviços de informática e revenda de hardware e software, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma contábil. Suas receitas são reconhecidas à medida em que a Companhia e sua Controlada atendem suas obrigações de desempenho e as receitas com contratos com clientes são mensuradas pelo preço da transação. Devido à diversidade das categorias de nossos produtos, há vários eventos que geram o reconhecimento da receita, conforme abaixo: **Receta de venda e licenciamento de uso** – refere-se à venda de equipamentos e de software. A Companhia é considerada Agente nessa operação, reconhecendo o líquido desta operação. **Receitas de desenvolvimento de sistemas e de consultoria** – a receita é apropriada mediante a evolução física aplicada mensalmente em cada projeto, conforme o escopo contratado pelo cliente. Já o evento de faturamento ocorre mediante a conclusão de fases pré-acordadas e ao final do projeto, quando de sua homologação. **Receta da manutenção de equipamentos** – tem por base os contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. Em geral, são contratos baseados em valores fixos mensais e em condições de cobertura prefixadas. **Receta de locação de equipamentos e programas** – é resultado do contrato de locação de equipamentos e programas de informática a clientes. As parcelas faturadas são fixas e reajustadas anualmente com base em índices de inflação. **Receitas financeiras** – representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de operações financeiras, depósitos judiciais, impostos a recuperar, descontos obtidos junto a fornecedores, juros por atraso de clientes, empréstimos e financiamentos e operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. **2.18. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). O Grupo adotou a abordagem retrospectiva modificada na adoção do CPC 06(R2) a partir de 01/01/2019, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos prejuízos acumulados em 01/01/2019. Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular: • não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • excluiu os custos diretos inerentes da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial. (i) **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inerentes incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. A Companhia avaliou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O ativo de direito de uso está sendo apresentado junto ao ativo imobilizado. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetua-dos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não apresenta contratos de arrendamento em que atuou como arrendador. Maiores detalhes sobre os arrendamentos estão apresentados na Nota 17. **2.19. Mensuração do valor**

Capgemini Brasil S.A.

justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e sua controlada têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e sua controlada. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e sua controlada mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e sua controlada utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e sua controlada mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro é o reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e sua controlada determinam que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.20. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo: • Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrendamentos": as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. • Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 37 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • Adoção do IFRS 17 – Contratos de Seguros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 25** – Imposto de renda diferido. **Nota 21** – Receita. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 7** – Provisão para perdas estimadas; **Nota 16** – Provisão para contingências. **Notas 2.9 e 2.11** – *Impairment* de ágio; **Nota 2.5** – Mensuração de instrumentos financeiros **4. Gestão de risco financeiro 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda), risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potencialmente efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, que identifica, avalia e protege a Companhia e sua controlada contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao euro e dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. O risco cambial à moeda funcional é administrado de forma corporativa. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades do Grupo usam contratos a termo negociados com a tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Embora a Companhia e sua controlada possam fazer uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge (hedge accounting)*. Nesse caso, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. Tendo em vista que parte substancial das aquisições de equipamentos de informática é importada e negociada em dólares norte-americanos, a estratégia principal é de que essas operações atuem como um *hedge* natural para suas operações passivas denominadas em moeda estrangeira. Em 31/12/2020, a Companhia e sua controlada possuíam passivos denominados em moeda estrangeira equivalentes a R\$ 21.889 (2019 – R\$ 22.867), e passivos em moeda estrangeira no consolidado equivalentes a R\$ 21.889 (2019 – R\$ 24.570), existindo instrumento para proteger parte da exposição nessas datas. **b. Análise de sensibilidade de câmbio:** A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31/12/2020, conforme mencionado anteriormente e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa do Dólar de R\$ 5,20 para cenário possível, a taxa utilizada foi R\$ 6,50 considerando alta de 25%, e para o cenário remoto, taxa de R\$ 7,80 considerando uma alta de 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Controladora 2020		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio			
Cenários e níveis de preço	5,20	6,50	7,80
Contas a receber	15.663	19.579	23.495
Fornecedor	(1.613)	(2.016)	(2.420)
Partes relacionadas	(20.276)	(25.345)	(30.414)
Total	(6.226)	(7.782)	(9.339)
Efeito Líquido Total	-	(1.556)	(3.113)

	Consolidado 2020		
	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio			
Cenários e níveis de preço	5,20	6,50	7,80
Contas a receber	15.663	19.579	23.495
Fornecedor	(1.613)	(2.016)	(2.420)
Partes relacionadas	(20.276)	(25.345)	(30.414)
Total	(6.226)	(7.782)	(9.339)
Efeito Líquido Total	-	(1.556)	(3.113)

Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31/12/2020, teria o mesmo efeito, porém com o resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. **c. Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, principalmente no que se refere a contas a receber em aberto. A política de vendas da Companhia e sua controlada está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência

em seu contas a receber. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, bem como a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência, além dos montantes já contabilizados. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	33.600	63.687	33.626	63.995
Contas a receber	201.639	226.550	213.340	256.739
Outras créditos	16.809	26.469	16.822	26.480
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	4.607	14.418	2.700	-
Total	256.655	331.124	266.488	347.214

(i) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31/12/2020. A Companhia analisou seu histórico de perda para seus clientes por categoria (privado e público) e avaliou a expectativa de perda futura para seus clientes atuais, considerando sua experiência e análise de crédito, com isso determinando a expectativa de perda esperada. **d. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela Diretoria de Finanças, em específico o departamento de Tesouraria que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				
	Saldo contábil	Menos de um ano		Entre dois e cinco anos	
		um ano	dois anos	cinco anos	-
Em 31/12/2020					
Fornecedores	27.512	27.512	-	-	-
Obrigação de repasse de cessão de crédito	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	67.822	67.822	-	-	-
Em 31/12/2019					
Fornecedores	50.857	31.479	19.378	-	-
Obrigação de repasse de cessão de crédito	11.785	11.785	-	-	-
Partes relacionadas	128.843	50.088	78.755	-	-

	Consolidado				
	Saldo contábil	Menos de um ano		Entre dois e cinco anos	
		um ano	dois anos	cinco anos	-
Em 31/12/2020					
Fornecedores	29.873	29.873	-	-	-
Obrigação de repasse de cessão de crédito	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	67.822	67.822	-	-	-
Em 31/12/2019					
Fornecedores	53.917	34.539	19.378	-	-
Obrigação de repasse de cessão de crédito	11.785	11.785	-	-	-
Partes relacionadas	128.843	50.088	78.755	-	-

4.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo arrendamentos financeiros e obrigação de repasse de cessão de crédito, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2020 e de 2019 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2020	2019
Obrigação de Repasse de Cessão de Crédito(Nota 14)	-	11.785
Mútuo com partes relacionadas (Nota 19)	47.546	47.541
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(33.626)	(63.995)
Dívida líquida	13.920	(4.669)
Total do patrimônio líquido	96.909	93.261
Índice de alavancagem financeira - %	14,36	(5,01)

5. Estimativa do valor justo – Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seu valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31/12/2020 e de 2019 estão identificados a seguir:

	2020		2019	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	33.600	33.600	63.687	63.687
Contas a receber	201.639	201.639	226.550	226.550
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	4.607	4.607	14.418	14.418
Outras créditos	16.809	16.809	26.4	

... continuação

	Controladora		Capgemini Brasil S.A.	
	2020	2019	2020	2019
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
31/12/2020				
Fornecedores	(27.512)	(27.512)	(27.512)	(27.512)
Operações de repasse de crédito				
Partes relacionadas	(67.822)	(67.822)	(67.822)	(67.822)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
31/12/2019				
Fornecedores	(50.857)	(50.857)	(50.857)	(50.857)
Operações de repasse de crédito				
Partes relacionadas	(11.785)	(11.785)	(11.785)	(11.785)
Partes relacionadas	(128.843)	(128.843)	(128.843)	(128.843)
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
31/12/2020				
Fornecedores	(29.873)	(29.873)	(29.873)	(29.873)
Operações de repasse de crédito				
Partes relacionadas	(67.822)	(67.822)	(67.822)	(67.822)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
31/12/2019				
Fornecedores	(53.917)	(53.917)	(53.917)	(53.917)
Operações de repasse de crédito				
Partes relacionadas	(11.785)	(11.785)	(11.785)	(11.785)
Partes relacionadas	(128.843)	(128.843)	(128.843)	(128.843)
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
31/12/2020				
Fornecedores	(29.873)	(29.873)	(29.873)	(29.873)
Operações de repasse de crédito				
Partes relacionadas	(67.822)	(67.822)	(67.822)	(67.822)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
31/12/2019				
Fornecedores	(53.917)	(53.917)	(53.917)	(53.917)
Operações de repasse de crédito				
Partes relacionadas	(11.785)	(11.785)	(11.785)	(11.785)
Partes relacionadas	(128.843)	(128.843)	(128.843)	(128.843)

	Controladora		Capgemini Brasil S.A.	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
31/12/2020				
Ativos financeiros a custo	213.340	213.340	213.340	213.340
Ativos financeiros a custo amortizado	33.626	33.626	33.626	33.626
Ativos financeiros a custo amortizado	246.966	246.966	246.966	246.966
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
31/12/2019				
Ativos financeiros a custo	256.739	256.739	256.739	256.739
Ativos financeiros a custo amortizado	63.995	63.995	63.995	63.995
Ativos financeiros a custo amortizado	320.734	320.734	320.734	320.734
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
31/12/2020				
Ativos financeiros a custo	25.899	27.990	28.260	29.347
Ativos financeiros a custo amortizado	1.613	3.489	1.613	5.192
Ativos financeiros a custo amortizado	27.512	31.479	29.873	34.539
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
31/12/2020				
Ativos financeiros a custo	113.406	111.866	113.406	111.866
Ativos financeiros a custo amortizado	6.351	6.351	6.351	6.351
Ativos financeiros a custo amortizado	(2.010)	(2.010)	(2.010)	(2.010)
Ativos financeiros a custo amortizado	(4.374)	(4.374)	(4.374)	(4.374)
Ativos financeiros a custo amortizado	25.729	27.221	32.950	32.950
Ativos financeiros a custo amortizado	25.729	31.677	57.405	57.405
Ativos financeiros a custo amortizado	(24.456)	(24.456)	(24.456)	(24.456)
Ativos financeiros a custo amortizado	25.729	7.221	32.950	32.950
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
31/12/2019				
Ativos financeiros a custo	113.406	111.866	113.406	111.866
Ativos financeiros a custo amortizado	6.351	6.351	6.351	6.351
Ativos financeiros a custo amortizado	(2.010)	(2.010)	(2.010)	(2.010)
Ativos financeiros a custo amortizado	(4.374)	(4.374)	(4.374)	(4.374)
Ativos financeiros a custo amortizado	25.729	27.221	32.950	32.950
Ativos financeiros a custo amortizado	25.729	31.677	57.405	57.405
Ativos financeiros a custo amortizado	(24.456)	(24.456)	(24.456)	(24.456)
Ativos financeiros a custo amortizado	25.729	7.221	32.950	32.950

Os advogados externos contratados classificam os processos em andamento conforme as probabilidades de perda (provável, possível e remota), sendo efetuada provisão integral para as perdas eventuais decorrentes de todos os processos com probabilidade de perda provável. Com base no descrito anteriormente, a administração da Companhia e sua controlada constituíram provisões consideradas suficientes para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho desfavorável em processos fiscais, trabalhistas e outros em andamento. **a. Perdas possíveis:** A Companhia e sua controlada têm ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus advogados, para as quais não há provisão constituída, conforme a composição a seguir:

	2020	2019
Trabalhistas	214.797	255.600
Fiscais e tributárias	30.250	29.437
Cíveis	5.553	2.787
Total	260.600	287.824

b. Responsabilidade dos acionistas anteriores: Processos decorrentes de fatos geradores anteriores a 16/06/2000 são de responsabilidade dos acionistas da Companhia existentes à época, consoante acordo entre as partes; desta forma, eventuais perdas nesses processos não representam encargos para a Companhia e serão assumidos integralmente por esses acionistas. Com relação aos processos cuja responsabilidade são dos acionistas anteriores da Companhia, em 28/08/2015 foi registrado o depósito judicial no montante de R\$ 43.659 pago integralmente pelo antigo acionista. O processo refere-se ao auto fiscal lavrado em 2003 referente ao ano calendário 1999 (IRPJ, PIS e Cofins). A Companhia registrou o ativo e o passivo contingente simultaneamente e o mesmo é atualizado mensalmente. Em 31/12/2020 o valor atualizado deste processo é de R\$ 61.962 (R\$ 60.774 em dezembro 2019). **17. Arrendamentos:** A movimentação dos saldos de arrendamentos está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Direito de uso		
Ativos de direito de uso em 31/12/2019	5.861	4.227
Novos contratos de leasing	4.227	(739)
Encerramento de contrato	(739)	(5.776)
Depreciação	(5.776)	3.573
Ativos de direito de uso em 31/12/2020		
Novos contratos de leasing	6.063	4.227
Novos contratos de leasing	4.227	(754)
Encerramento de contrato	(754)	759
Juros	(6.489)	3.806
Passivo de arrendamento em 31/12/2020		
Ativos de direito de uso em 31/12/2019	5.861	4.227
Novos contratos de leasing	4.227	(739)
Encerramento de contrato	(739)	(5.776)
Depreciação	(5.776)	3.573
Ativos de direito de uso em 31/12/2020		
Novos contratos de leasing	6.063	4.227
Novos contratos de leasing	4.227	(754)
Encerramento de contrato	(754)	759
Juros	(6.489)	3.806

18. Outras obrigações

	Controladora	Consolidado
Circulante		
Benefícios (seguro de vida, assistência médica, odontológica, vale-refeição)	3.652	4.503
Apropriação de custos (principalmente suporte técnico HW e SW)	13.762	12.123
Gastos com estrutura e viagens (seguro, telefone, energia, outros)	3.540	3.103
Gastos com consultoria (advogados, consultoria, auditoria)	5.084	20.196
Parcelamento de encargos sociais - FGTS (*)	442	1.325
Gastos com reestruturação	2.573	113
Outros (principalmente, impostos e contribuições sobre serviços importados)	6.133	2.613
Total	35.186	43.976
Não circulante		
Parcelamento de encargos sociais - FGTS (*)	442	442
Outros	7.852	7.852
Total	8.294	8.294

(*) A Companhia em 05/04/2016 assinou o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para o FGTS, no valor de R\$ 6.627, relativo às contribuições ao FGTS que trata a Lei nº 8.036 de 11/05/1990, atualizado até 05/04/2016, que contempla a notificação nº NFGC 506381960, lavrada em 27/04/2010. Os valores são atualizados conforme previsto na Lei nº 8.036/90 e amortizados em 60 parcelas mensais e sucessivas. **19. Patrimônio líquido - a. Capital social em ações e capital autorizado:** Em 31/12/2020, o capital social no valor de R\$ 1.695.618, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 15.333.593.291 (quinze bilhões, trezentos e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil e duzentos e noventa e um) ações (31/12/2019 - 333.593.291), sendo 15.308.028.987 (quinze bilhões, trezentos e oito milhões, vinte e oito mil e novecentos e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas-escrituradas, sem valor nominal (31/12/2019 - 308.028.987), 12.274.044 (doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e quarenta e quatro) ações preferenciais da classe "A", nominativas e sem valor nominal (31/12/2019 - 12.274.044) e 13.290.260 (treze milhões, duzentas e noventa mil, duzentas e sessenta) ações preferenciais da classe "B" (31/12/2019 - 13.290.260), nominativas e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante emissão de até 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões) de novas ações, sendo 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias, 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações preferenciais Classe "A" e 60.000.000 (sessenta milhões) de ações preferenciais classe "B", independente de reforma estatutária. A Companhia poderá também emitir bônus de subscrição de ações por deliberação do Conselho de Administração. As condições de exercício de subscrição desses bônus e das ações emitidas dentro do limite de autorização para aumento do capital, bem como o seu preço de emissão, serão determinadas por deliberação do Conselho de Administração. Em maio de 2020 a acionista Caixa Participação S/A - CaixaPar vendeu a totalidade de suas ações para a acionista Capgemini Latin America SAS. As ações em 31/12/2019 estavam assim distribuídas:

	Participação - %	Ações ordinárias	Ações preferenciais "A"	Ações preferenciais "B"
Capgemini Latin America SAS	78,61	236.660.705	12.274.044	13.290.260
Caixa Participações S.A. - CaixaPar	19,11	63.764.544	-	-
EMC International Company	2,28	7.603.738	-	-
Total	100,00	308.028.987	12.274.044	13.290.260

As ações em 31/12/2020 estão assim distribuídas:

	Participação - %	Ações ordinárias	Ações preferenciais "A"	Ações preferenciais "B"
Capgemini Latin America SAS	99,95	15.300.425.249	12.274.044	13.290.260
EMC Group 2	0,05	7.603.738	-	-
Total	100,00	15.308.028.987	12.274.044	13.290.260

b. Movimentação do capital social em ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade em 31/12/2019	308.028.987	25.564.304	333.593.291
Quantidade em 31/12/2020 (i) 15.308.028.987	15.308.028.987	25.564.304	15.333.593.291

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária de 25/11/2020 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 150.000 através da emissão de 15.000.000.000 ações ordinárias para a Capgemini Latin America SAS. **c. Direito das ações:** Consoante disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária e do estatuto social. **Ações preferenciais:** Conforme estabelecido no artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que os acionistas receberam um aviso formal de aumento de capital pela Capgemini Brasil S.A., os acionistas terão a faculdade de exercer seus respectivos direitos de preferência proporcionalmente à sua participação acionária da Companhia. A Companhia poderá emitir (i) ações preferenciais classe "A", nominativas, escrituradas, sem valor nominal e sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, que terão prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, com prêmio equivalente a 12% (doze por cento) sobre o preço de sua emissão caso venha a ser deliberada a liquidação da Companhia no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de emissão dessas ações, bem como (ii) ações preferenciais classe "B" nominativas, escrituradas, sem valor nominal e sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, que terão prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

d. Destinação do lucro líquido: O lucro líquido, como definido no artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), apurado em cada balanço, terá, pela ordem, a seguinte destinação: (i) Compensação de prejuízos acumulados; (ii) Constituição da reserva legal; (iii) Constituição das reservas previstas nos artigos 195 e 197 da mencionada Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; (iv) Pagamento de dividendos propostos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração. **e. Reserva de Capital:** O saldo de reserva de capital no montante de R\$ 383.117 é composto, principalmente, por movimento de incorporação...

Publicidade Legal

... continuação

ções (Cappgemini Brasil) e aumento de reserva de capital constituída por ato societário. A Assembléia Geral realizada em 12/12/2019, deliberou a aprovação da 3ª emissão privada, pela Companhia, de debênture simples, não conversível em ações, sob a forma nominativa, sem garantia e com subordinação aos demais credores da Companhia, de natureza perpétua ("Emissão"), com valor nominal de R\$ 61.000.

Saldo em 31/12/2018	61.000	322.117
Emissão de debêntures perpétuas	61.000	61.000
Saldo em 31/12/2019	383.117	383.117
Saldo em 31/12/2020	383.117	383.117

f. Reserva de Reavaliação: Em 2019, ocorreu a realização de parcela expressiva da reserva de reavaliação em razão da venda de imóvel administrativo. O saldo remanescente em 2020 refere-se a transação de transferência de bens para antigos acionistas que se encontra em fase de finalização e que não gera impacto para Companhia.

20. Transações com partes relacionadas – a. Transações e saldos:

	Controladora		2019	
	Ativos/Recultas/passivos	(despesas) (passivos)	Ativos/Recultas/passivos	(despesas) (despesas)
Contas a receber				
Caixa (v)	–	–	86.247	24.156
Grupo Cappgemini (iv)	15.663	55.130	11.643	44.388
Total contas a receber	15.663	55.130	97.890	68.544
Outros Créditos a Receber				
Itelios do Brasil Informática Ltda. (vi)	2.700	29	–	–
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	1.907	783	14.418	2.827
Total outros créditos a receber	4.607	812	14.418	2.827
Partes relacionadas – passivo				
Cap Gemini S/A (i)	(30.039)	(1.480)	(30.041)	(2.374)
Cappgemini BPO (ii)	(12.500)	(590)	(12.500)	(787)
RADI (iii)	(5.007)	(244)	(5.000)	(88)
Mútuo com partes relacionadas	(47.546)	(2.314)	(47.541)	(3.249)
Contas a pagar Grupo Cappgemini (viii)	(20.276)	–	(2.547)	–
Total circulante	(67.822)	(2.314)	(50.088)	(3.249)
Grupo Cappgemini (vii)	–	–	(78.755)	–
Total não-circulante	–	–	(78.755)	–

	Controladora		2019	
	Ativos/Recultas/passivos	(despesas) (passivos)	Ativos/Recultas/passivos	(despesas) (despesas)
Contas a receber				
Caixa (v)	–	–	86.247	24.156
Grupo Cappgemini (iv)	15.663	55.130	11.643	44.388
Total contas a receber	15.663	55.130	97.890	68.544
Outros Créditos a Receber				
Itelios do Brasil Informática Ltda. (vi)	2.700	29	–	–
Partes relacionadas – passivo				
Cap Gemini S/A (i)	(30.039)	(1.480)	(30.041)	(2.374)
Cappgemini BPO (ii)	(12.500)	(590)	(12.500)	(787)
RADI (iii)	(5.007)	(244)	(5.000)	(88)
Mútuo com partes relacionadas	(47.546)	(2.314)	(47.541)	(3.249)
Grupo Cappgemini (viii)	(20.276)	–	(2.547)	–
Total circulante	(67.822)	(2.314)	(50.088)	(3.249)
Contas a pagar Grupo Cappgemini (vii)	–	–	(78.755)	–
Total não-circulante	–	–	(78.755)	–

(i) Em 2019 foi assinado um novo contrato de mútuo no montante de R\$ 30.000 com vencimento para março de 2020 e com taxa de juros de 8,09% a.a. Em 18 de dezembro 2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 17/12/2021. O total de juros contabilizado em 2020 foi de R\$ 1.480. (ii) O saldo de 2018 foi renovado para 2019, e foi assinado no dia 15/07/2019 novo contrato de mútuo no montante de R\$ 3.000 com taxa de juros de 100% do CDI, totalizando um passivo de R\$ 12.500. Em 01/10/2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 30 de setembro de 2021. O total de juros contabilizado em 2020 foi de R\$ 590. (iii) Foi assinado em 18/09/2019 contrato de mútuo com a RADI no montante de R\$ 5.000 com taxa de juros 100% do CDI. Em 18/09/2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 18 de setembro de 2021. O total de juros contabilizado em 2020 foi de R\$ 244. (iv) Referem-se ao contrato de serviço de desenvolvimento em informática, serviço de consultoria em informática; (v) Referem-se ao contrato de prestação de serviços e vendas de licenças de software para a Caixa. Do montante reconhecido em 2018 e 2017, 100% refere-se a prestação de serviço. (vi) Foi assinado em 30/07/2020 contrato de mútuo com a Itelios no valor de R\$ 2.700 em que a Cappgemini Brasil S/A é a mutuante. Com taxa de juros 100% do CDI mais 1,7% do período e com vencimento para 30/10/2021. O total de juros contabilizado em 2020 foi de R\$ 29. (vii) Refere-se a Management Fee cobrada trimestralmente pelo Grupo Cappgemini em conformidade com o Controlling Shareholders Agreement datado de 28/06/2012. É uma alocação de custos do Grupo Cappgemini feita com base na receita da Companhia referente ao suporte operacional global fornecido para o comercial, área técnica, jurídico, gestão de conhecimento, comunicação e relações públicas, compras, administrativa e financeira locais para garantir o desenvolvimento em harmonia das companhias do Grupo. Em dezembro de 2020 houve a quitação de 100% do passivo. (viii) Refere-se a serviços contratados de desenvolvimento, consultoria, licenças com empresas do Grupo Cappgemini. **21. Remuneração do pessoal-chave da administração** – O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e a remuneração paga pelos serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Salários e encargos sociais	12.870	10.103
Participação nos lucros	236	559
Consolidado	13.106	10.662

22. Receita líquida de vendas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Venda de produtos	56	–	2.299	944
Venda de software	–	–	488	822
Venda de serviços	647.876	693.748	657.761	720.777
647.932	693.748	660.548	722.543	
Impostos e deduções sobre vendas e serviços	(68.792)	(79.584)	(76.366)	(84.589)
Receita líquida de vendas e serviços	579.140	614.164	584.182	637.954

Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita:

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15 (aplicável a partir de 1º/01/2018)
Venda de Produtos	Os clientes obtêm controle dos bens quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido. Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas Mercadorias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Venda de Software	Os clientes obtêm controle dos bens quando são disponibilizados através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido. Alguns contratos permitem ao cliente devolver as licenças, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As licenças devolvidas são trocadas somente por novas licenças.	A receita é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho. Para contratos que permitem ao cliente devolver as licenças, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Serviços de Desenvolvimento de Sistemas e de Consultoria	Os clientes homologam os devidos projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente. O reconhecimento é revisado periodicamente junto ao cliente para que não haja riscos ou erro no reconhecimento da receita. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contratos.
Serviços de Manutenção de Equipamentos	Tem como base contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. A nossa responsabilidade se encerra no término do contrato, por isso o reconhecimento é mensal. São contratos baseados em valores fixos mensais e com condições de cobertura prefixadas. As faturas são emitidas mensalmente. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida quando cumprimos todas as nossas obrigações de desempenho. E, havendo, eventual risco, o mesmo é provisionado.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cappgemini Brasil S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cappgemini Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cappgemini Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cappgemini Brasil S.A. e da Cappgemini Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos que as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercí-

cio anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2020, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha

Brasil S.A.

23. Custos e despesas operacionais

	Despesas Administrativas e gerais		Custos dos produtos e serviços vendidos	
	2020	2019	2020	2019
Custos dos produtos e licenças de software vendidos	–	–	–	–
Gastos com pessoal	(80.742)	(82.409)	(410.477)	(421.483)
Serviços de assessoria e consultoria	(56.191)	(55.411)	(49.494)	(51.612)
Marketing	(870)	(3.108)	–	–
Viagens e representações	–	(4.823)	(333)	(5.316)
Veículos	(12)	(67)	(222)	(108)
Gerais e administrativas	(1.514)	(2.848)	(4.135)	(3.673)
Estrutura	(16.308)	(20.466)	(8.054)	(5.946)
Depreciações e amortizações	(9.877)	(16.032)	(6.071)	(4.480)
(165.514)	(185.164)	(478.786)	(492.618)	

	Despesas Administrativas e gerais		Custos dos produtos e serviços vendidos	
	2020	2019	2020	2019
Custos dos produtos e serviços vendidos	–	–	(21)	(40)
Gastos com pessoal	(80.742)	(83.034)	(410.500)	(422.103)
Serviços de assessoria e consultoria	(56.630)	(55.489)	(50.080)	(67.414)
Marketing	(870)	(3.153)	–	–
Viagens e representações	–	(4.836)	(333)	(5.316)
Veículos	(12)	(74)	(222)	(108)
Gerais e administrativas	(1.520)	(2.853)	(4.278)	(3.707)
Estrutura	(16.318)	(20.476)	(9.125)	(6.971)
Depreciações e amortizações	(9.877)	(16.032)	(6.071)	(4.480)
(165.969)	(185.947)	(480.630)	(510.139)	

24. Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Reversão (Constituição) de provisões (i)	(3.855)	(25.662)	(3.119)	(25.338)
Perdas com ativos não recuperáveis (iv)	(5.845)	(353)	(7.069)	(682)
(Perda) ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	(4.620)	10.025	(4.620)	10.025
Gastos com reestruturação (iii)	(23.616)	(13.392)	(23.652)	(13.020)
Convênio de rateios de despesas – nota 19	784	2.827	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	6.362	40.081	15.985	40.980
(30.790)	13.526	(22.475)	11.965	

(i) Refere-se, principalmente, a constituição e reversões de provisão de contingências trabalhistas devido a alteração de probabilidade de perda e/ou êxito nos processos anteriormente provisionados, e constituição e reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa. (ii) Refere-se, principalmente, a julgamento favorável a Companhia em processos para recuperação de tributos e contribuições em 2019, já em 2020 foi decorrente de processo ganho pela Controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins); (iii) O aumento em 2020 refere-se, principalmente, a gastos com desligamentos. (iv) Refere-se a baixa do contas a Receber após término das negociações.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira	–	–	–	–
Receita financeira com atualizações e outros	4.278	7.038	4.443	7.180
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	990	212	990	212
Total da receita financeira	5.268	7.250	5.433	7.392
Despesa financeira	(2.314)	(3.248)	(2.434)	(3.248)
Emprestimos com partes relacionadas	(21.477)	(23.047)	(21.497)	(23.519)
Despesa financeira com atualizações e outros (*)	(1.540)	–	(1.540)	–
Juros com desconto de duplicatas – nota 14	–	(1.540)	–	(1.540)
Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidos	–	(56)	–	(56)
Variação Monetária Leasing CPC 06 (R2)	(759)	(831)	(759)	(831)
Encargos financeiros e despesas bancárias	(3.925)	(2.428)	(3.987)	(2.533)
Total da despesa financeira	(28.476)	(31.150)	(29.007)	(31.727)
Resultado financeiro líquido	(23.208)	(23.900)	(23.574)	(24.335)

(*) Refere-se, principalmente, a atualização monetária de contingências trabalhistas, tributárias, previdenciárias e civis. **26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – a. Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social corrente**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(108.556)	(70.502)	(108.466)	(70.502)
Crédito tributário do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	36.909	23.971	36.878	23.971
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	3.604	(1.640)	–	–
Efeito das adições permanentes relativas a despesas consideradas indedutíveis	13.068	14.849	11.429	14.683
Créditos tributários não constituídos – adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(53.581)	(37.180)	(48.470)	(38.654)
Outros valores	–	–	(71)	–
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores	–	–	144	–
(Constituição) reversão de IR e CSL diferidos passivos	(285)	917	(285)	917
Reversão ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais	(37.510)	(15.959)	(37.510)	(15.959)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(37.795)	(15.042)	(37.885)	(15.042)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda diferido sobre ágio a 2028	11.531	49.040	11.531	49.040
Passivo de imposto diferido	(11.531)	(11.245)	(11.531)	(11.245)
–	–	37.795	–	

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia em 2020 realizou o teste de impairment em atendimento ao CPC 01 que resultou na baixa de imposto de renda diferido ativo de R\$ 37.510.

Ativo de imposto diferido
Ativo de imposto diferido a ser recuperado de 2020 a 2028

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
11.531	49.040	
11.531	49.040	

Controladora/Consolidado
2020 2019

Passivo de imposto diferido
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após de 12 meses

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
(11.531)	(11.245)	
(11.531)	(11.245)	
–	37.795	

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
8.867	36.447	
2.664	12.593	
11.531	49.040	

c. Créditos tributários: Em 31/12/2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, sem prazos de prescrição e não registrados contabilmente, nos montantes acumulados de aproximadamente R\$ 1.687.735 e R\$ 1.797.062 (31/12/2019 – R\$ 1.509.133 e R\$ 1.618.460), respectivamente, para compensação com lucros tributáveis futuros limitada anualmente a 30% do lucro apurado. Utilizando-se as vigentes alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, esse benefício totalizaria cerca de R\$ 583.669, que será registrado contabilmente quando a Companhia atender a todas as premissas requeridas para tal registro. **27. Benefícios a empregados** – A Cappgemini Brasil S.A. é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo patrimônio do fundo correspondente. Os gastos incorridos no exercício findo em 31/12/2020 totalizaram R\$ 2.175 (2019 – R\$ 2.286). A Companhia não oferece benefícios pós-emprego para seus funcionários. **28. Impactos da pandemia da Covid-19** – A Companhia tem trabalhado até aqui com o objetivo de manter a integridade da entrega de serviços aos clientes, bem como mantêm a manutenção do plano implementado de continuidade do negócio para garantir as obrigações contratuais da Cappgemini, visando a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros. Em aderência às medidas provisórias divulgadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia, a Cappgemini adotou a MP 936 para suspensão de contratos de trabalhos de funcionários alocados em projetos. Também aderiu a MP 927 quanto a prorrogação do recolhimento do FGTS dos vencimentos de abril, maio e junho de 2020 em 6 parcelas. Com relação ao contas a receber, o que verificamos ao logo do ano, foi uma postergação de datas de pagamento, sem impacto em nossa operação. Na receita tivemos redução em alguns segmentos a partir do 2º trimestre, porém, com retomada a partir do 3º trimestre de 2020. A maior prioridade da Cappgemini no momento reside na manutenção da saúde, salvaguarda e segurança dos seus funcionários, parceiros de negócios e clientes. Como empresa global a Companhia está monitorando de perto a evolução da pandemia do Covid-19 e implementando todas as medidas recomendadas pelas autoridades governamentais das áreas afetadas, bem como lidando com as demandas dos clientes caso a caso para garantir a continuidade dos negócios, adotou-se medidas

Sener Setepla Tecnometal Engenharia e Sistemas S/A

CNPJ/ME nº 61.683.330/0001-13

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Balancos Patrimoniais	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Ativo/Circulante	51.909.513,70	55.406.143,64	51.909.513,70	55.406.143,64
Caixa e Bancos	4.800.048,84	15.213.008,39	4.800.048,84	15.213.008,39
Clientes Nacionais	15.155.426,92	12.356.363,88	15.155.426,92	12.356.363,88
(-) PLCD	(7.608.676,96)	(8.205.567,17)	(7.608.676,96)	(8.205.567,17)
Clientes Estrangeiros	7.297.371,11	5.532.142,96	7.297.371,11	5.532.142,96
Serviços a Faturar	23.081.197,71	20.388.375,53	23.081.197,71	20.388.375,53
Impostos a Recuperar	8.734.123,90	9.311.977,12	8.734.123,90	9.311.977,12
Adiantamentos a Fornecedores	446.388,45	619.591,11	446.388,45	619.591,11
Outras Contas a Receber	3.633,73	10.251,62	3.633,73	10.251,62
Não Circulante	12.506.313,62	9.259.084,86	12.506.313,62	9.259.084,86
Depósitos Judiciais	1.734.293,92	2.585,76	1.734.293,92	2.585,76
Partes Relacionadas	662.965,16	6.255,16	662.965,16	6.255,16
Outros Ativos	3.856.920,73	3.382.687,15	3.856.920,73	3.382.687,15
Outros Ativos	5.960.808,83	4.938.445,64	5.960.808,83	4.938.445,64
Imobilizado	291.525,08	212.401,15	291.525,08	212.401,15
Total do Ativo	64.415.827,32	64.665.228,50	64.415.827,32	64.665.228,50
Passivo/Circulante	23.212.216,93	25.947.961,45	23.212.216,93	25.947.961,45
Fornecedores Nacionais	8.734.123,90	8.734.123,90	8.734.123,90	8.734.123,90
Fornecedores Estrangeiros	11.156.865,80	15.659.940,46	11.156.865,80	15.659.940,46
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.769.240,47	4.530.722,65	4.769.240,47	4.530.722,65
Obrigações Fiscais e Tributárias	791.294,13	115.801,49	791.294,13	115.801,49
Outras Contas a Pagar	5.797.145,63	5.071.272,52	5.797.145,63	5.071.272,52
Não Circulante	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Partes Relacionadas	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Patrimônio Líquido	35.203.610,39	32.717.267,05	35.203.610,39	32.717.267,05
Capital Social	29.423.396,66	29.423.396,66	29.423.396,66	29.423.396,66
Adi para Futuro Aumento de Capital	65.603.660,64	65.603.660,64	65.603.660,64	65.603.660,64
Reserva Legal	4.407,84	4.407,84	4.407,84	4.407,84
Reserva de Capital	4.312.243,00	4.312.243,00	4.312.243,00	4.312.243,00
Prejuízos Acumulados	(66.626.441,09)	(68.632.242,03)	(66.626.441,09)	(68.632.242,03)
Resultado do Exercício	2.486.343,34	2.005.800,94	2.486.343,34	2.005.800,94
Total do Passivo	64.415.827,32	64.665.228,50	64.415.827,32	64.665.228,50

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Sener Setepla Tecnometal Engenharia e Sistemas S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Avenida Paulista, nº 2.300, 14º andar, conjunto 141, bairro de Bela Vista, CEP: 01310-300, São Paulo-SP. A Companhia tem como objeto social: (a) prestação de serviços profissionais de projetos, incluindo a elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos para trabalhos de engenharia, assistência técnica relativa a engenharia, arquitetura e urbanismo; gerenciamento, supervisão e fiscalização da implantação dos projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo; serviços técnicos de consultoria, realizando estudos e pesquisas, promovendo atividades de desenvolvimento científico e tecnológico nos campos da engenharia civil, elétrica, eletrônica, energia em todas as suas expressões, principalmente, elétrica, hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar, gás, carvão, gaseificação e biomassa, mecânica, mecânica industrial, de transportes, química, química industrial, sanitária e operações; e todas as demais atividades relacionadas aos itens 01 a 018, do artigo 1º, da Resolução nº 218 de 29/06/1973 do CONFEA; (b) implantação, construção e montagem de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo a que se faz menção no item “a” acima, bem como a promoção e desenvolvimento de projetos completos nas áreas de aporte tecnológico referidas no objeto social; (c) comercialização, importação e exportação, de todos os insumos e produtos necessários à realização, construção e montagem de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo a que se faz menção nos itens “a” e “b” acima, bem como a promoção e desenvolvimento de projetos completos nas áreas de aporte tecnológico referidas no objeto social; (d) prestação de serviços técnicos-administrativos e de consultoria, incluindo estudos, planejamento, desenvolvimento, assessoria estratégica e administrativa nas áreas referidas no objeto social; (e) desenvolvimento de softwares científicos, técnicos e de gestão, além de promoção e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia; (f) desenvolvimento de tecnologias e de novos materiais cerâmicos, compostos e supercondutores; (g) aquisição e fruição de direitos de propriedade intelectual e industrial e a percepção de royalties e demais direitos correlatos; desenvolvimento e absorção de tecnologias avançadas através de intercâmbio internacional, via exportação, importação e assistência técnica; (h) geração de oportunidades de investimentos industriais e de infraestrutura; (i) participação em empreendimentos sediados no Brasil ou no exterior, através de ações, quotas, partes em comum ou outras formas; (j) preparo de especificações e participação em licitações públicas ou privadas no âmbito de seu objeto social; (k) assessoria a clientes na aquisição de bens e serviços; e (l) aquisição e administração de móveis e imóveis próprios, emissão de títulos de crédito, contratação de empréstimos e realização de operações financeiras que se fizerem necessárias ao bom desenvolvimento de seu objeto social. **2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Companhia opera no Brasil e o real é a moeda funcional e de apresentação. As temáticas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as temáticas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **3. Principais práticas contábeis adotadas – 3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa e saldos positivos em conta movimento, parte deles vinculados a aplicações financeiras automáticas, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de disponibilidade imediata perante a conta-corrente. **3.3. Contas a Receber:** são apresentados os valores presentes e de realização, reconhecido de acordo com a contrapartida oriunda da prestação de serviços executada pela Companhia perante seus clientes, e com base no seu referido faturamento. Perdas de crédito são esperadas e estimadas/ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. Tais perdas são mensuradas a valor presente com base e todas as insuficiências de caixa (fluxos de caixa devido à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **3.4. Imobilizado:** registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas médias vigentes. **3.5. Demais Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes):** um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.6. Ativos e Passivos Financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por Caixa e Equivalentes de Caixa, classificados ao valor justo por meio do resultado e por Contas a Receber e Partes Relacionadas, ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Já os passivos financeiros da Companhia estão representados por Fornecedores, Adiantamentos de Clientes, e Partes Relacionadas, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **3.7. Tributação: Impostos e Contribuições Correntes:** A Companhia é optante pelo regime de tributação do Lucro Real por estimativa, com base em balancetes de suspensão/redução do lucro, onde as alíquotas regulares aplicáveis ao lucro fiscal são de 15%, acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. O PIS e o COFINS, calculados sobre o faturamento da Companhia, são calculados às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, com direito a créditos específicos, conforme previsto na legislação fiscal vigente. **3.8. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC):** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto, e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa** – O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa está resumido abaixo:

	2020	2019
Caixa – Fundo Fixo	18.915,89	14.859,49
Bancos Conta Movimento	4.781.132,95	15.198.148,90
	4.800.048,84	15.213.008,39

5. Contas a Receber – As Contas a Receber da Companhia podem ser assim representadas:

	2020	2019
Clientes Nacionais	15.155.426,92	12.356.363,88
(-) PLCD	(7.608.676,96)	(8.205.567,17)
	7.546.749,96	4.150.796,71

Pix ganha adeptos e cai na mira de ladrões; saiba se proteger



Uma das maiores revoluções recentes nos meios de pagamentos, o Pix avança cada vez mais no gosto do brasileiro e pode, inclusive, se tornar identidade digital, como acredita o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que expressou essa visão nesta semana. Apesar de ser considerado seguro, é necessário muito cuidado para evitar fraudes e atividades ilegais envolvendo seu nome e seu dinheiro nas transferências com o Pix.

Até o momento mais de 206 milhões de chaves já foram cadastradas pelos bancos no sistema de operações financeiras do Banco Central e o tíquete médio das operações chega a R\$ 750, segundo dados do BC. Em menos de seis meses de existência, o Pix já representa 8 em cada 10 transferências e fez os tradicionais DOCs e TEDs virarem fumaça.

Aí é que entram os ladrões: a popularidade do sistema atrai cada vez mais criminosos.

Um dos golpes comuns utiliza links falsos em e-mails ou mensagens de texto simulando um pedido de cadastro de chave Pix no banco. O cliente acessa aquele link e é direcionado para uma página falsa, onde as informações serão roubadas.

“Recomendamos ao público em geral nunca clicar em links desconhecidos e não compartilhar dados pessoais ou códigos de verificação. Em caso de dúvidas, procure os canais de atendimento da instituição na qual você vai usar o Pix”, disse por nota Tom Canabarro, CEO e cofundador da Konduto, sistema antifraude para e-commerces e pagamentos digitais.

IstoÉDinheiro

Publicidade Legal

Dólar pressionado vira pesadelo para parte da indústria

A forte valorização do dólar, que já subiu mais de 7% este ano em relação ao real, após alta de quase 30% em 2020, é um pesadelo para boa parte da indústria. Isso ocorre por causa do aumento de custos que a moeda americana provoca, seja pela importação direta de matérias-primas e componentes ou pelo fato de os insumos usados, mesmo que produzidos localmente, serem cotados a preços do mercado internacional.

Esse equilíbrio de forças entre benefícios e prejuízos ocasionados pela alta do dólar depende, no entanto, do peso das exportações em cada negócio. Fabricantes de calçados e frigoríficos de aves e suínos, por exemplo, que vendem grande parte da produção para o mercado externo estão conseguindo se sair bem neste momento de câmbio pressionado, pois embolsam receita em dólar.

Às empresas de setores que usam insumos importados, mas são voltadas para o mercado doméstico, como fabricantes de eletroeletrônicos e medicamentos, estão sendo penalizadas pelos aumentos de custos sem ter a contrapartida do faturamento em moeda estrangeira. Neste caso, a saída é buscar alternativas para compensar as perdas de margens.

Na indústria de medicamentos, onde 90% das matérias-primas são importadas e os preços dos remédios são controlados pelo governo, há empresas que resolveram deixar de fabricar determinados itens porque não querem operar com prejuízo, conta o diretor executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Henrique Tada. Outras farmacêuticas tentam compensar a pressão de custos provocada pelo câmbio aumentando a escala de produção de um mix de medicamentos.

IstoéDinheiro

OTP SPV Participações S.A.

CNPJ/ME nº 31.059.221/0001-69
Demonstrações Contábeis – 2020

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas. São Paulo, 14/04/2021. A Administração.

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)		
Ativo	Nota	2020 2019
Não circulante		90.196 117.318
Investimento	4	90.196 117.318
Total do ativo		90.196 117.318
Passivo e patrimônio líquido		
Patrimônio líquido: Capital social	5	120.166 120.166
Reserva de capital	–	48.985 48.985
Prejuízos acumulados	–	(78.955) (51.833)
Total do passivo e patrimônio líquido		90.196 117.318

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A OTP SPV Participações S.A. (“OTP SPV” ou “Companhia”), atual razão social da Tabit Participações S.A., foi constituída em 14 de junho de 2018, mediante integralização de capital social no valor de R\$ 100,00, sendo suas ações adquiridas pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) em 01 de abril de 2019. Em 10 de abril de 2019, foram procedidas as alterações da denominação social da Companhia e do objeto social que passou a considerar a participação em outras sociedades prestadoras de serviços de transporte ferroviário de passageiros e afins. A Companhia passou a integrar o Grupo Econômico da OTP, com o objetivo principal de participar de um processo de reestruturação societária, previsto como condição precedente à alienação do controle indireto detido pela OTP na Supervia – Concessionária de Transporte Ferroviário S/A (“Supervia”). Após a reestruturação societária, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Supervia, em contrapartida ao cancelamento das ações RTC que eram detidas pela Companhia. A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”), nova denominação social da Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial. Em 17 de junho de 2019, a Novonor e outras 19 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP SPV, formalizaram junto à Justiça o seu pedido de recuperação judicial, tendo em 22 de abril de 2020, sido aprovados, em Assembleia Geral de Credores, os planos de recuperação judicial da Novonor e de 11 das 19 empresas. Em 03 de agosto de 2020, a aprovação dos planos foi homologada pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial. (a) **Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (“COVID-19”)**: Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), de que o surto do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. Os impactos causados pela pandemia da COVID-19 foram detectados principalmente na indústria Supervia, a qual vem adotando as medidas necessárias com foco na saúde das pessoas e na continuidade das suas operações. Nesse contexto, em aderência às recomendações de segurança e controle, a Supervia adotou medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral, através de: (i) Disponibilização em todas as estações que permaneceram operacionais de álcool em gel; (ii) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual a funcionários na linha de frente das operações e a adaptação de postos de trabalho com barreiras em acrílico; (iii) Sanitização periódica em trens antes da sua inserção em grade de utilização pelo público; e (iv) Paralisação de operações especiais com a proibição de público nas atividades desportivas nos polos mais próximos a malha ferroviária, como o estádio Mário Filho “Maracanã” e Nilton Santos “Engenhão”. Como a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa vêm sendo reprogramados, por meio: (i) da postergação de investimentos não essenciais; (ii) da postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória 927/2020; (iii) da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; (iv) da negociação com Instituições Financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras; (v) de outras ações operacionais. No que tange às operações, observou-se uma queda de 51% no volume de

Aos Administradores e Acionistas da OTP SPV Participações S.A. – São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da OTP SPV Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da OTP SPV Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)		
Despesas operacionais	Nota	2020 2019
Resultado de participações societárias	4	(27.122) (52.164)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(27.122) (52.164)
Resultado financeiro, líquido	–	499
Prejuízo antes do IRPJ e da contribuição social		(27.122) (51.665)
IRPJ e contribuição social corrente e diferido	–	(168)
Prejuízo líquido do exercício		(27.122) (51.833)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	6	(0,35) (0,66)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)		
Prejuízo líquido do exercício	2020	2019
Resultado abrangente do exercício	(27.122)	(51.833)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

passageiros pagantes em 2020 (em comparação a 2019). Nesse cenário, a Supervia vem realizando ajustes pontuais na operação, destacando-se a readequação da grade de trens realizado em novembro de 2020. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 14 de abril de 2021. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.2.2. **Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber: **• Reforma da taxa de juros de referência:** Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021. **• Contratos onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. **• Imobilizações:** Recortes antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022. **• Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022. **• Classificação do passivo em circulante ou não circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023. **• IFRS 17 – Contratos de seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. Há outras estimativas que são feitas pela Companhia, e que estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas estão incluídas a seguir: **Provisão para perdas no valor recuperável de ativos (“impairment”):** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está

deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. **4. Investimentos – a) Informações sobre a Investida:** Quantidade de Participação Patrimônio líquido

ações detidas	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Rio Trens Participações S.A.	25.609.545	25.609.545	11,33%	11,33%	90.196	117.318

b) Movimentação dos Investimentos

Investida	Saldo inicial		Movimentação societária	Equivalência patrimonial (I)	Impairment (II)	Saldo final
	2020	2019				
Rio Trens Participações S.A.	117.318	–	–	(27.122)	–	90.196
31/12/2020	117.318	–	–	(27.122)	–	90.196
31/12/2019	–	169.482	–	(2.308)	(49.856)	117.318

(I) Em 2020, foi reconhecida equivalência patrimonial negativa no montante de R\$ 27.122, a qual foi impactada, de forma substancial, pela baixa contábil, líquida dos efeitos tributários diferidos, realizada no contas a receber da Supervia junto ao Poder Concedente, oriundo do aumento extraordinário das tarifas de energia elétrica autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 2014. Apesar da baixa contábil, o valor continuará sendo cobrado pela Supervia junto ao Poder Concedente. (II) Em 2019, foi registrado impairment relativo ao custo decorrente de ágio do investimento. **5. Patrimônio líquido – Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 120.166, composto por 120.165.940 ações ordinárias, sendo:

Acionista	Número de ações		Participação no capital social	
	2020	2019	2020	2019
Odebrecht Transport S.A.	120.165.940	120.165.940	100%	100%
	120.165.940	120.165.940	100%	100%

6. Prejuízo por ação – Básico e diluído – O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição. **Prejuízo por ação (em Reais)**

	2020	2019
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(27.122)	(51.665)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	78.589	78.589
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,35)	(0,66)

Ana Claudia Cerqueira Santos – Contador BA-021783/O-1 T SP

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2021

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus

CNPJ/MF nº 17.366.932/0001-55

Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus, entidade de direito privado, do tipo associação, de natureza beneficente, de caráter religioso, educacional e cultural, sem fins econômicos, com atividade preponderante na área da Educação, rege-se pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e subsidiariamente pelo Código de Direito Canônico, por suas Constituições Religiosas, pelo Diretório Geral e demais normas próprias e inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 17.366.932/0001-55, com sede na Rua Tucuna, nº 799 – CEP 05021-010 – São Paulo/SP, com atividade preponderante na área de Educação. A Entidade Beneficente goza da imunidade tributária prevista na Constituição Federal no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos estatutários, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo.

Relatório da Administração

Srs.(as) Associados(as): Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o Relatório (Parecer) do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Balanço Patrimonial dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)				Demonstração do Resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)									
Ativo	NE	2020	2019	Passivo	NE	2020	2019	Operações em continuidade	NE	2020	2019	Contas/Especificações	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido		
Circulante		21.239.187,30	679.860,68	Circulante		15.403.478,19	631.039,49	Educacional				Saldo em 31/12/2018	2.131.647,90	(1.793.719,92)	337.927,98		
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	12.610.322,04	267.263,78	Fornecedores		1.084.830,05	1.399,86	Receita de Serviços	106.776.518,05	5.301.256,76	5.301.256,76	Incorporação do Déficit	(1.793.719,92)	1.793.719,92	–		
Caixa		229.296,32	122.774,30	Mantenedora – Sagrado		12.849,39	–	(-) Bolsas Filantrópicas Integrais – Educação Básica	(15.340.334,60)	(3.824.340,00)	(3.824.340,00)	Superávit do Exercício		163.247,90	163.247,90		
Mantenedora – Sagrado		5.247,55	–	Educacional		1.071.104,98	1.399,86	(-) Bolsas Filantrópicas Parciais – Educação Básica	(5.613.345,60)	(3.675,00)	(3.675,00)	Saldo em 31/12/2019	337.927,98	163.247,90	501.175,88		
Educacional		221.980,96	122.774,30	Mercantil		875,68	–	(-) Bolsas Filantrópicas – Alunos com Deficiência	(166.560,77)	–	–	Incorporação do Superávit		163.247,90	–		
Mercantil		2.067,81	–	Obrigações Trabalhistas		3.437.683,78	190.624,55	Educacional				Cisão Parcial	(100.118,09)	(100.118,09)	–		
Bancos Conta Movimento		30.152,59	6.843,31	Mantenedora – Sagrado		3.327,58	–	(-) Assistência Educacional Funcional – Educação Básica	(7.739.201,50)	(38.830,00)	(38.830,00)	Superávit do Exercício		6.341.835,52	6.341.835,52		
Mantenedora – Sagrado		29.855,21	–	Educacional		3.419.906,67	190.624,55	(-) Assistência Educacional Integrais – Educação Básica	(1.882.584,53)	(878.860,00)	(878.860,00)	Saldo em 31/12/2020	401.057,79	6.341.835,52	6.742.893,31		
Educacional		167,84	6.843,31	Mercantil		14.449,53	–	(-) Assistência Educacional Parciais – Educação Básica	(19.510.097,56)	(3.675,00)	(3.675,00)	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)					
Mercantil		129,54	–	Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		1.473.223,02	100.300,81	(-) Devoluções e Cancelamentos – Educação Básica	(150.300,52)	–	–	1- Atividades Operacionais					
Aplicação Financeira – Líquidez Imediata		420.705,24	14.537,47	Mantenedora – Sagrado		43.297,71	–	Receitas de anuidades escolares – Educação Básica	(60.675.880,68)	(3.335.629,48)	(3.335.629,48)	Superávit dos Exercícios	6.341.835,52	163.247,90	–		
Mantenedora – Sagrado		1.244,80	–	Educacional		1.425.078,22	100.300,81	Despesas Administrativas	46.100.637,37	1.965.627,28	1.965.627,28	Depreciação e Amortização	343.243,61	180.520,75	–		
Educacional		405.549,09	14.537,47	Mercantil		4.847,09	–	Despesas Administrativas	2.209.811,34	(348.339,01)	(348.339,01)	Estimativa Para Créditos de Liquidação Duvidosa	395.312,76	–	–		
Mercantil		13.911,35	–	Obrigações Tributárias a Recolher		770.742,65	20.950,62	Despesas com Pessoal – Educação Básica	(14.980.798,02)	(528.986,59)	(528.986,59)	Provisão para contingências	271.225,32	–	–		
Aplicação Financeira – Prazo Fixo		8.119.930.167,89	123.108,70	Mantenedora – Sagrado		8.484,01	–	Despesas de Manutenção	(2.315.474,21)	(74.772,11)	(74.772,11)	Superávit/Déficit do Período Ajustado	7.351.617,21	343.768,65	343.768,65		
Mantenedora – Sagrado		1.932.895,33	–	Educacional		761.467,59	20.950,62	Despesas Tributárias e Contribuições	(71.284,75)	(7.735,23)	(7.735,23)	Acrescimo/Decréscimo do AC + ANC					
Educacional		9.997.272,56	123.108,70	Mercantil		791,05	–	Despesas com Ensino	(1.533.191,31)	(170.151,25)	(170.151,25)	Clientes e Outros Recebíveis	(7.323.680,43)	(1.279,15)	–		
Mercantil		–	–	Provisões Sociais e Trabalhistas		3.219.476,80	304.146,09	Despesas com Inseção Usufruída	19.134.115,63	708.757,49	708.757,49	Estoques	30.864,71	(73.138,17)	–		
Clientes e Outros Recebíveis		7.693.761,82	2.394,15	Mantenedora – Sagrado		–	–	Outras Receitas	20.744.303,02	51.712,98	51.712,98	Outros Ativos Circulantes	(1.318.765,40)	1.087,63	–		
Anuidades a Receber		4.841.254,69	–	Educacional		3.199.719,35	304.146,09	Trabalho Voluntário	18.639.165,62	444.273,36	444.273,36	Realizável a Longo Prazo	(6.567,59)	–	–		
Mantenedora – Sagrado		–	–	Mercantil		19.757,45	–	(-) Custo dos Serviços Prestados – Educação Básica	(60.675.880,68)	(3.335.629,48)	(3.335.629,48)	Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC		(8.618.148,71)	(73.329,69)		
Educacional		5.236.567,45	–	Convênios e Parcerias		373,84	12.470,37	Resultado Bruto	46.100.637,37	1.965.627,28	1.965.627,28	Acrescimo/Decréscimo do PC + PNC					
Mercantil		129,54	–	Mantenedora – Sagrado		–	–	Despesas Administrativas	2.209.811,34	(348.339,01)	(348.339,01)	Obrigações Trabalhistas	3.247.059,23	14.429,65	–		
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		(395.312,76)	–	Educacional		116.662,57	1.147,19	Despesas com Aluguéis	4.257.639,05	–	–	Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	1.372.922,21	30.023,60	–		
Títulos a Receber		2.062.314,91	–	Mercantil		373,84	12.470,37	Despesas com Pessoal – Educação Básica	(14.980.798,02)	(528.986,59)	(528.986,59)	Obrigações Tributárias a Recolher	749.792,03	3.304,62	–		
Mantenedora – Sagrado		–	–	Outras Obrigações a Pagar		116.662,57	1.147,19	Básica	(14.980.798,02)	(528.986,59)	(528.986,59)	Aluguéis a Pagar	2.757.639,05	–	–		
Educacional		2.061.822,13	–	Mantenedora – Sagrado		1.028,07	–	Despesas de Manutenção	(2.315.474,21)	(74.772,11)	(74.772,11)	Fornecedores	1.083.430,19	(318,14)	–		
Mercantil		492,78	–	Educacional		115.634,50	1.147,19	Despesas de Manutenção	(2.315.474,21)	(74.772,11)	(74.772,11)	Outras Obrigações a Pagar	1.155.513,38	(5.721,37)	–		
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		–	–	Mercantil		–	–	Despesas Tributárias e Contribuições	(71.284,75)	(7.735,23)	(7.735,23)	Convênios e Parcerias	(12.096,53)	12.470,37	–		
Outros Títulos a Receber		27.192,22	2.394,15	Receitas Antecipadas		2.542.846,43	–	Despesas com Ensino	(1.533.191,31)	(170.151,25)	(170.151,25)	Provisões Sociais e Trabalhistas	2.915.330,71	(9,12)	–		
Mantenedora – Sagrado		1.087,01	–	Mantenedora – Sagrado		111.333,36	–	Despesas Adicionais Terceirizados	(1.292.853,30)	(48.143,79)	(48.143,79)	Receitas Antecipadas	3.210.846,43	–	–		
Educacional		26.063,91	2.394,15	Educacional		2.410.124,91	–	Despesas com Depreciação/Amortização	(45.797,39)	(180.520,75)	(180.520,75)	Provisão para contingências	(1.000,00)	–	–		
Mercantil		41,30	–	Mercantil		57.720,91	–	Despesas com Estimativa para Crédito de Liquidação Duvidosa	(395.312,76)	–	–	Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	15.429.438,70	54.179,61	54.179,61		
Outros Ativos Circulantes		1.655.829,98	337.064,58	Receitas Antecipadas		668.000,00	–	Perdas no Recebimento de Mensalidades	(12.063,25)	–	–	Total das Atividades Operacionais	14.162.907,20	324.618,57	324.618,57		
Seguros e Assinaturas a apropriar		616.531,36	–	Mantenedora – Sagrado		668.000,00	–	Outras Despesas	(10.737,85)	(1.034,09)	(1.034,09)	2- Das Atividades de Investimentos					
Mantenedora – Sagrado		23.679,10	–	Educacional		668.000,00	–	Trabalho Voluntário	18.639.165,62	(444.273,36)	(444.273,36)	(-) Aquisições de Ativo Imobilizado	(1.719.730,85)	(199.365,57)	–		
Educacional		592.852,26	–	Mercantil		–	–	Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	12.314.283,20	161.671,10	161.671,10	Total das Atividades de Investimentos	(1.719.730,85)	(199.365,57)	(199.365,57)		
Mercantil		–	–	Bens em Comodato		22.441,82	–	Despesas Financeiras	653.842,61	7.276,37	7.276,37	3- Das Atividades de Financiamentos					
Adiantamentos		931.908,04	237.799,06	Mantenedora – Sagrado		–	–	Despesas Financeiras	4.060.470,48	(5.699,57)	(5.699,57)	Cisão Parcial	(100.118,09)	–	–		
Mantenedora – Sagrado		45.010,85	–	Educacional		22.441,82	–	Superávit Educacional	8.907.655,33	163.247,90	163.247,90	Total das Atividades de Financiamentos	(100.118,09)	–	–		
Educacional		886.897,19	237.799,06	Mercantil		–	–	Mantenedora – Sagrado	–	–	–	Total das Atividades de Financiamentos	(100.118,09)	–	–		
Mercantil		85,05	–	Patrimônio Líquido		14.674.893,31	501.175,88	Receitas	156.130.447,99	1.204.743,83	1.204.743,83	Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.343.058,26	125.253,00	125.253,00		
Outros Valores a Receber		85,05	–	Patrimônio Social		401.057,79	337.927,98	Receitas de Atividades Área Educacional	135.388.064,07	–	–	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	267.263,78	142.010,78	–		
Mantenedora – Sagrado		–	–	Mantenedora – Sagrado		1.320.977,22	–	Receitas Patrimoniais	134.141,17	–	–	Varição Ocorrida no Período	12.343.058,26	125.253,00	125.253,00		
Educacional		85,05	–	Educacional		(977.640,34)	337.927,98	Outras Receitas	20.556.666,64	–	–	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	12.610.322,04	267.263,78	–		
Mercantil		–	–	Mercantil		57.720,91	–	Resultado Bruto	292.819,64	–	–	Demonstração do Valor Adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)					
Impostos a Recuperar		107.305,53	99.265,52	Superávit dos Exercícios		6.341.835,52	163.247,90	Despesas Administrativas	(454.104,75)	–	–	Receitas	156.130.447,99	2020	2019		
Mantenedora – Sagrado		99.265,52	–	Mantenedora – Sagrado		(2.462.867,32)	–	Despesas de Manutenção	(1.295.088,14)	–	–	Receitas de Atividades Área Educacional	135.388.064,07	–	–		
Educacional		8.040,01	99.265,52	Educacional		8.907.655,33	163.247,90	Despesas Tributárias e Contribuições	(21.979,62)	–	–	Receitas Patrimoniais	134.141,17	–	–		
Mercantil		–	–	Mercantil		(102.952,49)	–	Despesas Adicionais Terceirizados	(708.635,46)	–	–	Outras Receitas	20.608.242,75	1.204.743,83	–		
Estoque e Materiais Diversos		42.273,46	73.138,17	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		23.097.038,64	1.132.215,37	Despesas com Depreciação/Amortização	(297.446,22)	–	–	Insumos Adquiridos de Terceiros	14.372.494,40	642.440,25	–		
Mantenedora – Sagrado		–	–	109/2009, Resolução CNAS nº 16/2010, Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Assistência Social, dentre outras políticas públicas aplicáveis conforme as atividades desenvolvidas pelas Entidades. A Sagrado Rede de Educação PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus é uma associação sem fins econômicos e lucrativos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: ■ A Entidade é regida pela Constituição Federal; ■ A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; ■ Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); ■ Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo. A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Os membros da Assembleia Geral, da Diretoria, e do Conselho Fiscal, exercem gratuitamente seus cargos, sem qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências estatutárias, funções ou atividades. (Artigo 57 do Estatuto Social); b) A totalidade dos recursos econômico-financeiros, é integralmente aplicada na consecução de suas finalidades institucionais dentro do Território Nacional, (Artigo 60 do Estatuto Social); c) A Sagrado Rede de Educação PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus, mantém a escrituração de suas receitas, despesas, ingressos, desembolsos e mutações patrimoniais em livros revestidos de todas as formalidades legais que asseguram a sua exatidão e de acordo com as exigências específicas de direito. (Artigo 70 do Estatuto Social). Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de estimativa para créditos de liquidação duvidosa, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.													

1. Contexto operacional – A Sagrado Rede de Educação PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus, anteriormente denominada Sagrado Rede de Educação, é uma entidade de direito privado, do tipo associação, de natureza beneficente, de caráter religioso, educacional e cultural, sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área da Educação, rege-se pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e subsidiariamente pelo Código de Direito Canônico, por suas Constituições Religiosas, pelo Diretório Geral e demais normas próprias e inscrita no CNPJ/MF nº 17.366.932/0001-55, com sede na Rua Tucuna, nº 799 – CEP 05021-010 – São Paulo-SP. Sagrado Rede de Educação PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus na condição de Entidade Beneficente, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº 23000.013171/2015-99, deferimento publicado pela Portaria de nº 1.369, de 22/12/2017 – Edição 145 – Seção 1 – Página 60 do Diário Oficial da União, sendo que o período de concessão da certificação será de 22 de dezembro de 2017 a 21 de dezembro de 2020. O pedido de renovação foi encaminhado ao MEC temporariamente em 27/11/2020 conforme processo nº 23000.029632/2020-1 para respaldar o período de 2021 a 2023. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/1976 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Cont

... continuação

Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus					
Conta	2020	Adição	Baixa	Deprec./Amortiz.	2019
Imobilizado	1.621.703,22	1.480.512,93	-	(311.164,40)	452.354,69
Móveis	172.600,51	154.779,11	-	(9.627,71)	27.449,11
Utensílios	44.576,82	20.968,24	-	(5.153,30)	28.761,88
Máquinas e Equipamentos	219.741,59	193.924,73	-	(12.406,61)	38.223,47
Computadores e Periféricos	158.534,21	174.227,46	-	(18.246,97)	2.553,72
Material Didático e Audio Visual	2.207,15	1.207,53	-	(300,64)	1.300,26
Instalações	45.864,71	47.045,91	-	(1.181,20)	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	418.988,39	425.242,85	-	(264.247,97)	257.993,51
Construção em Processo	559.189,84	463.117,10	-	-	96.072,74
Intangível	207.138,71	239.217,92	-	(32.079,21)	-
Direito de uso de software	207.138,71	239.217,92	-	(32.079,21)	-
Total do Imobilizado + Intangível	1.828.841,93	1.719.730,85	-	(343.243,61)	452.354,69

13. Provisão Passivos e Ativos Contingentes – Resolução CFC nº 1.180/2009 NBC TG 25 (R2). Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/2009, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica para as demandas processuais abaixo;

Código Contábil	Rubrica Contábil	2020	2019
1059 – 11059 – 31059	Contingências por Danos	-	-
1060 – 11060	Contingências Trabalhistas	260.225,32	-
1058 – 11058	Contingências Fiscais	-	-
Total		260.225,32	-

14. Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. **15. Resultado do Período** – O superávit do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15, onde se trata que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

	2020	2019
16. Outras Receitas Escolares		
Cursos livres e diversos	5.022.062,32	-
Outras taxas	39.956,56	-
Total	5.062.018,88	-
17. Receitas com Doações e Promoções		
Doações recebidas de pessoas físicas	584.230,00	2.880.572,09
Doações recebidas de pessoas jurídicas	557.068,06	1.119.768,58
Sub-total	1.141.298,06	4.000.340,67
Promoções	68.174,00	-
Total – Doações e promoções	1.209.472,06	4.000.340,67

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Sagrado Rede de Educação PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos – Demonstração do**

18. Trabalho Voluntário – Conforme Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades. A entidade reconheceu em sua contabilidade, o serviço dos membros de sua diretoria como trabalho voluntário, previsto no artigo 53 do Estatuto Social.

Descrição	2020	2019
Trabalho Voluntário	6.390.165,62	444.273,36
Total	6.390.165,62	444.273,36

19. Contribuições Sociais Usufruidas (Isentas): Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 Entidade beneficiária certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991. Abaixo demonstramos as contribuições sociais usufruidas e o montante do período que não é recolhido.

	2020	2019
Contribuições Sociais Usufruidas		
INSS Patronal	13.415.632,66	708.757,49
COFINS	2.743.500,17	-
Total	16.159.132,83	708.757,49

20. Outras Receitas – Refere-se ganhos judiciais, reversão de provisões e recuperação de despesas.

	2020	2019
Educacional	744.303,02	51.712,98
Outras Receitas	61.015,13	-
Reversão de Contingências	203.600,26	-
Despesas Recuperadas	479.687,63	51.712,98
Mantenedora – Sagrado	55.666,64	-
Convênio de Cooperação Técnica	55.666,64	-
Mercantil	826,20	-
Reversão de Contingências	225,86	-
Despesas Recuperadas	600,34	-
Total	800.795,86	51.712,98

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

21. Obrigações da Educação para fins de Cebas: a) Cadastro nos sistemas de informação: Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/2009 alterada pelo Decreto nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/2014, artigo 41, a Entidade já procedeu o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal nº 8.242/2014, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP. **b) Plano Nacional de Educação:** Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação – PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996) que está inserida e como consequência por elas regulamentadas. Em atendimento no artigo 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/2014 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal. **c) Análise do perfil socioeconômico:** A **Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Sagrado Coração de Jesus**, mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais parciais e integrais. **22. Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais:** A Entidade atende o artigo 13 e 13 A da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.242/2014 no qual atinge os números de bolsas quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir:

Demonstrativo 1/9 e 1/5 (Filantropia) – 31.12.2020

	Básica
Total de Alunos Matriculados em Dez/2020	9.619
(-) Bolsistas Integrais (100%) Lei 12.101/09	1.677
(-) Bolsistas Integrais (100%) Lei 12.101/09 – Deficientes	12
(-) Outras Bolsas Integrais (100%)	868
Total de Alunos Pagantes em Dez/2020	7.062

Ir. Márcia Cidreira	Prof. Dra. Ir. Adeli Weber	Marcelo de Souza
Presidente	Economista	Contador
CPF 088.707.678-50	CPF 718.663.709-44	CRC-SP 1SP 223.615/0-6 CPF.195.927.458-97

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não

Demonstrativo 1/9 e 1/5 (Filantropia) – 31.12.2020
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Artigo 13, § 1º Inc. I) 785
Bolsas Integrais consideradas para cumprimento 1 x 9 – Educação Básica 1.677
Bolsas Integrais consideradas para cumprimento 1 x 9 – Educação Básica – Deficientes ponderado em 1,2 12
Total mínimo de Bolsistas Integrais por aluno pagante 1 x 5 (Artigo 13 Inciso III da Lei 12.101/09 – Básica) 1.412
Cumprimento 1x5 – Educação Básica
Bolsistas Paciais (50%) Lei 12.101/09 848
Bolsistas Integrais (100%) Lei 12.101/09 1.677
Bolsistas integrais (100%) Lei 12.101/09 – Deficientes ponderado em 1,2 12
Total de Bolsas Integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (inciso II do § 1º do artigo 13 e 13 A) em Dez/2020 2.113
Excedente de Bolsas da Entidade em Dez/2020 701
23. Cobertura de Seguros – Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **24. Atividade Mercantil** – Visando fomentar recursos para o desenvolvimento dos objetivos sociais, a Entidade mantém atividades geradoras de recursos no âmbito da educação, trata-se de venda de produtos nas cantinas escolares. Esta atividade está devidamente segregada contabilmente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1). **25. Desmembramento/Cisão Parcial** – No dia 31/01/2020 ocorreu através de Procedimento de Desmembramento/Cisão Parcial do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – CNPJ: 61.015.087/0001-65, por Cessão das Atividades e transferência de suas Unidades Filiais da área da educação, compreendendo a educação infantil, ensino fundamental e médio, bem como a atividade da filial de escola de esportes a favor da **Sagrado Rede de Educação**, atualmente denominada **Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus** – CNPJ: 17.366.932/0001-55, acompanhada de seus bens, seus direitos e suas obrigações. São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo-SP, 09 de abril de 2021.
Audisa Auditores Associados
CRC/SP 2SP 024.298/0-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador – CRC/SP 187.003/0-0 – CNAI-SP – 1620

Moedas globais: dólar recua ante rivais e DXY fecha em queda

O dólar operou em baixa em relação a moedas pares nesta segunda-feira, com o noticiário econômico esvaziado nos Estados Unidos e o recuo nos juros longos dos Treasuries tirando o fôlego da divisa americana. Paralelamente, a libra esterlina se valorizou, à espera de indicadores da economia do Reino Unido.

O Dollar Index (DXY), índice que mede a variação

do dólar ante seis divisas fortes, recuou 0,53%, aos 91,069 pontos. Além da libra, que subiu a US\$ 1,3988 no fim da tarde em Nova York, a queda no índice também foi puxada pelo euro, que avançava a US\$ 1,2038 no mesmo horário. Enquanto isso, o dólar recuava a 108,16 ienes.

A desvalorização da moeda americana acompanhava o recuo nos juros longos dos Treasuries no começo da sessão.

IstoÉDinheiro



Bolsas de NY fecham em baixa, após recordes recentes

BYRON ENER	0.235	0.240	0.235	4M	CARAWINE	0.215	0.230	0.215	1HT
CADENCE	0.585	0.585	0.585	5HT	CARBINE RESC UR	0.000	0.000	0.000	0
CAENEUS MINERA	0.001	0.000	0.000	0	CARBON MINE RAJ	0.255	0.380	0.000	0
CALIDUS RESOUR	0.295	0.300	0.290	3HT	CARBON REV	3.390	3.410	3.390	2HT
CALIMA ENERGY	0.005	0.000	0.000	0	CARBONXT GFIOU	0.250	0.285	0.275	57T
CALIX	0.760	0.760	0.760	HT	CARDIFX	0.020	0.022	0.021	1M

As bolsas de Nova York fecharam em baixa nesta segunda-feira, 19, após uma semana de altas que levou o Dow Jones e o S&P 500 a renovarem recordes históricos na sexta-feira. Além da realização de lucros, o mercado observou balanços corporativos, com destaque para a Coca-Cola, e na expectativa por IBM e United Airlines, com divulgação de resultados prevista para depois do fechamento do pregão. Um dos setores com as principais baixas foi o de tecnologia, com a Tesla apresentando perdas após um acidente envolvendo um veículo fabricado pela empresa.

O Dow Jones caiu 0,36%, a 34.077,63 pontos, enquanto

o S&P 500 recuou 0,53%, a 4.163,26 pontos, e o Nasdaq teve baixa de 0,98%, a 13.914,77 pontos.

A LPL Markets aponta um começo de semana com “leve baixa”, após as recentes altas, e com atenção aos resultados de mais de 80 empresas do S&P 500 que serão divulgados nos próximos dias. Algumas das principais baixas nesta segunda vieram do setor de tecnologia. Facebook (-1,29%), Amazon (-0,81%), e Twitter (-3,11%) recuaram. Tesla caiu 3,40%, após um veículo fabricado pela empresa provocar um acidente que matou duas pessoas em Houston no final de semana, com as investigações apontando para o carro estar sem direção no momento da

colisão. Já as ações da Gamestop tiveram alta de 6,26% após a empresa divulgar um plano de sucessão de CEO.

Nos balanços, a LPL Markets aponta que os números até agora sugerem resultados acima do esperado, em especial no setor financeiro, que teve 94% das empresas superando as estimativas.

A Coca-Cola divulgou nesta segunda lucro líquido de US\$ 2,25 bilhões entre janeiro e março deste ano, abaixo dos US\$ 2,78 bilhões registrados no mesmo período do ano passado. Já o lucro por ação nos primeiros três meses de 2021 alcançou US\$ 0,55, acima dos US\$ 0,50 estimado por analistas entrevistados pela FactSet.

IstoÉDinheiro

Savis Tecnologia e Sistemas S.A.

CNPJ/MF nº 15.675.599/0001-30

Relatório da Administração

O ano de 2020 foi marcado pelos impactos e desafios relacionados ao COVID-19, os quais demandaram grande esforço e capacidade de adaptação por parte da companhia para garantir a continuidade dos negócios.

Em decorrência da implantação e manutenção da operacionalidade do projeto, a implantação do projeto SISFRON prosseguiu com um esforço de recuperação no segundo semestre de 2020, permitindo a entrega de importantes capacidades adicionais ao Exército Brasileiro e atingindo, ao final do exercício, 84% da Fase Piloto já implantada e em operação pela Força Terrestre.

EBIT de R\$ -0,2 milhões e um backlog de R\$ 204,4 milhões. E de se destacar o importante resultado obtido mesmo em um ano repleto de desafios, excedendo as projeções iniciais para o exercício, através de ações estratégicas e aperfeiçoamentos contratuais num esforço grande de recuperação ao longo do exercício.

conjunto com o Grupo Embraer, em particular no que tange aos Programas Estratégicos da Força Terrestre Brasileira, o que permite vislumbrar oportunidades de crescimento para os negócios da empresa. Encerramos o ano de 2020 com um sentimento de superação e de missão cumprida, com renovada motivação para que 2021 – a despeito do continuado desafio imposto pelos impactos ainda muito presentes do COVID-19 – seja um ano de crescimento e de resultados ainda melhores, permitindo à SAVIS agregar de forma positiva à estratégia de consolidação e crescimento da Embraer Defesa e Segurança.

A Administração
Campinas, 16 de abril de 2021.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Table with 12 columns: Ativo/Circulante, Nota, 2020, 2019, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa. Includes sections for Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, and Notas Explicativas.

Balanço Patrimonial table with columns for Ativo/Circulante, Nota, 2020, and 2019.

Demonstração do Resultado table with columns for Nota, 2020, and 2019.

Demonstração do Fluxo de Caixa table with columns for Nota, 2020, and 2019.

1. Contexto operacional - A SAVIS Tecnologia e Sistemas S.A. ("SAVIS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede e foro na Rua Sérgio Fernandes Borges Soares, 1000, Flex II - Módulo 15, Distrito Industrial, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, no Brasil, CNPJ 15.675.599/0001-30.

da transação são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável e em variação cambial, incluindo também os juros calculados pela curva contratual, são reconhecidos no resultado do exercício como receitas (despesas) financeiras, líquidas, exceto pela variação cambial reconhecida como variações monetárias e cambiais, líquidas. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto) table with columns for Capital, Prejuízos, and Total do patrimônio líquido.

anos. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de renovação, considerando todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. A Companhia reavalia o prazo da locação se houver um evento ou alteração significativa em circunstâncias que está sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

ramento de Fronteiras (SISFRON) e para o desenvolvimento de determinadas atividades é representado na proporção de 93,8% SAVIS e 6,2% Embraer. 3.18. Remuneração baseada em ações: A Embraer S.A., controladora do grupo Embraer possui uma Política de Remuneração dos Executivos (PRE) onde determina que parte da remuneração de seus executivos será concedida na forma de um Incentivo de Longo Prazo (ILP) com o objetivo de manter e atrair pessoal qualificado que contribua de maneira efetiva para o melhor desempenho do grupo Embraer.

Publicidade Legal

Savis Tecnologia e Sistemas S.A.

	2020	2019
9. Outros ativos	380	563
Despesas pagas antecipadamente	286	355
Adiantamentos a empregados	11	3
Crédito com fornecedores	677	921

10. Imobilizado – A vida útil por classe de imobilizado em 31 de dezembro é demonstrada a seguir:

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Ferramental	Imobilizações em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 31.12.2019	5.792	421	363	6	1.787	44	158	8.571
Adições	–	83	3	–	20	–	69	175
Baixas	–	–	(4)	–	(83)	–	(29)	(116)
Transferências	–	–	–	–	–	–	(40)	(40)
Saldo em 31.12.2020	5.792	504	362	6	1.724	44	158	8.590
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2019	(840)	(69)	(67)	(6)	(1.559)	(11)	–	(2.552)
Depreciação	(1.162)	(18)	(12)	–	(167)	(2)	–	(1.361)
Baixas	–	–	–	–	74	–	–	74
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2020	(2.002)	(87)	(78)	(6)	(1.652)	(13)	–	(3.838)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31.12.2019	4.952	352	296	–	228	33	158	6.019
Saldo em 31.12.2020	3.790	417	284	–	72	31	158	4.752

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Ferramental	Imobilizações em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 31.12.2019	475	419	437	6	1.942	44	4.621	7.944
Adições	734	89	93	–	54	–	595	1.565
Baixas	(475)	(87)	(167)	–	(209)	–	–	(938)
Transferências	5.058	–	–	–	–	–	(5.058)	–
Saldo em 31.12.2019	5.792	421	363	6	1.787	44	158	8.571
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2019	(90)	(67)	(86)	(5)	(1.487)	(9)	–	(1.744)
Depreciação	(938)	(18)	(81)	(1)	(263)	(2)	–	(1.303)
Baixas	188	16	100	–	191	–	–	495
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2019	(840)	(69)	(67)	(6)	(1.559)	(11)	–	(2.552)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31.12.2019	385	352	351	1	455	35	4.621	6.209
Saldo em 31.12.2020	4.952	352	296	–	228	33	158	6.019

	Software	de software	Total
11. Intangível			
Saldo em 31.12.2019	972	192	1.164
Adições	45	352	397
Baixas	–	(4)	(4)
Transferências	–	40	40
Saldo em 31.12.2020	1.017	580	1.597
Amortização acumulada			
Saldo em 31.12.2019	(670)	–	(670)
Amortizações	(165)	–	(165)
Baixas	(835)	–	(835)
Saldo em 31.12.2020	(1.670)	–	(1.670)
Intangível líquido			
Saldo em 31.12.2019	302	192	494
Saldo em 31.12.2020	182	580	762

	Software	de software	Total
Custo do intangível			
Saldo em 31.12.2018	916	1	917
Adições	91	210	301
Baixas	(35)	(19)	(54)
Saldo em 31.12.2019	972	192	1.164
Amortização acumulada			
Saldo em 31.12.2018	(560)	–	(560)
Amortizações	(141)	–	(141)
Baixas	31	–	31
Transferências	–	–	–
Saldo em 31.12.2019	(670)	–	(670)
Intangível líquido			
Saldo em 31.12.2018	356	1	357
Saldo em 31.12.2019	302	192	494

	Edifícios e Benfeitorias em terrenos	Outros Bens	Veículos	Total	Passivo de Arrendamento
12. Direitos de Uso e passivos de arrendamento					
Adoção inicial em 01.01.2019	1.812	–	559	2.371	2.371
Adições	52	463	438	953	953
Depreciação	(383)	(77)	(596)	(1.056)	–
Juros de arrendamento	–	–	–	–	235
Pagamento de principal	–	–	–	–	(1.167)
Saldo em 31.12.2019	1.481	386	401	2.268	2.392
Adições	–	–	295	295	295
Depreciação	(391)	(60)	(565)	(1.016)	–
Baixas	–	(326)	–	(327)	(327)
Juros de arrendamento	–	–	–	–	150
Pagamento de principal	–	–	–	–	(1.135)
Saldo em 31.12.2020	1.090	–	131	1.220	1.375

	2020	2019
Classes de ativo		
Edifícios e Benfeitorias em terrenos	5 anos	5 anos
Outros Bens	4 a 5 anos	5 anos
Veículos	2 a 3 anos	5 anos

	2020	2019
13. Fornecedores		
Fornecedores exterior	14.153	30.772
Fornecedores nacionais	6.105	6.325
Total	20.258	37.097

Classes de ativo

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

Computadores e periféricos

Ferramental

Imobilizações em andamento

Total

14. Partes relacionadas – 14.1. Contas a receber – partes relacionadas:

	2020	2019
Embraer S.A	1.015	1.015
Total	1.015	1.015

14.2. Fornecedores – partes relacionadas

	2020	2019
Embraer S.A	249	249
Total	249	249

14.3. Contas a pagar – partes relacionadas: A operação de contas a pagar, é transação realizada entre a Companhia com seu acionista indireto Embraer S.A. e refere-se basicamente a: **a) Valor passivo:** trata-se da celebração do contrato de locação de vagas de estacionamento, de imóvel não residencial, que tem a Unidade Embraer com Locatária. **b) Valor no resultado:** aluguel de imóvel.

	2020	2019
Passivo	491	–
Resultado	–	–
Total	491	–

14.4. Remuneração do pessoal chave da administração: São consideradas pessoas chave da administração os membros da diretoria que, durante o exercício de 2020 receberam benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participações nos lucros, bônus e indenizações) no valor total de R\$ 881 (R\$ 1.294 em 2019).

15. Impostos e encargos sociais a recolher

	2020	2019
PIS e COFINS	62	1.856
IRRF	306	343
ICMS	–	1
INSS	446	812
FGTS	112	134
Impostos correntes – outros (i)	3.720	605
Total	4.646	3.751

(i). Os valores dos impostos correntes – outros, referem-se a impostos de importações de contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) R\$ 2.285; impostos sobre serviço de importação (ISS) R\$ 466, transitória de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) referente a material de 3ª para teste R\$ 439, retenção de impostos prestados em solo nacional junto a entes governamentais (ISS) R\$ 492 e retenção de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) em operações de serviços nacionais R\$ 38.

16. Provisões

	2020	2019
Provisão fiscal	1.092	832
Dissídio coletivo	1.092	1.216
Total	2.184	2.048

Os passivos contingentes são os valores, de acordo com a política contábil da Companhia, com classificação de probabilidade de perda como “possível”. De acordo com a opinião do departamento jurídico da Companhia, apoiado por seus consultores externos a companhia tem provisão para contingência de registro de valores com provável perda. Adicionalmente os casos possíveis da esfera trabalhista somam o valor de R\$ 2.630 (R\$ 3.390 em 2019), que não estão registrados contabilmente, conforme determina as normas contábeis. **17. Passivos de contrato** – Em 31/12/2020 o saldo do projeto SISFRON, fase piloto, é demonstrado abaixo:

	2020	2019
Receita bruta (i)	936.208	959.374
Faturas recebidas (ii)	–	(23.165)
Passivos de contrato (iii)	–	2019
Total	936.208	936.209

Receita bruta total reconhecida desde o início do projeto Sisfron. (i). Total já recebido sobre o faturamento emitido. (ii). Reflete o saldo da diferença entre os encaixes acumulados e as receitas reconhecidas, referente ao projeto Sisfron. O contrato do Sisfron é classificado como contrato de longo prazo e tem o seu reconhecimento de receita baseado no custo incorrido e na expectativa de margem do contrato. O saldo de Passivos de Contratos reflete o descompasso entre os encaixes acumulados e as receitas reconhecidas, referente ao projeto Sisfron. Em grande proporção, este descompasso decorre do desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato original. Este desequilíbrio foi gerado principalmente pelo aumento de custos

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter

entanto, não possui operação de hedge cambial em função de o contrato vigente ter cláusula específica que enseja pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como uma de suas justificativas a alteração acumulada na taxa de câmbio vigente. **20.8. Análise de sensibilidade:** Considerando que a Companhia não está exposta a riscos significativos relacionados à gestão de capital, créditos dos investimentos financeiros, liquidez e mercado, conforme demonstrado anteriormente, a Administração entende não relevante a divulgação da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. **21. Patrimônio líquido – 21.1. Capital social:** Em 2019, houve alteração no capital social da SAVIS, passando de R\$ 15.686 para R\$ 86.043, o aumento de capital foi realizado pela integralização dos saldos de empréstimos a pagar. **21.2. Reserva legal:** Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 2019 e 2020 não houve constituição de reserva legal. **21.3. Reserva de lucros:** Em 2020, assim como no exercício de 2019, não houve constituição de reserva de lucros em virtude dos prejuízos acumulados apresentados pela operação. **21.4. Dividendos:** De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, sendo assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social. Em 2020, não houve distribuição, pois a Companhia apresentou prejuízo. **22. Receitas de contratos com clientes** – A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Vendas brutas de produtos e serviços	131.159	148.669
Impostos sobre vendas	(14.972)	(15.802)
Receita líquida	116.187	132.867

Segue abaixo a abertura do reconhecimento da receita:

	2020	2019
Reconhecimento da receita	–	–
Em um momento específico	377	–
Ao longo do período	130.782	148.669
Total	131.159	148.669

23. Receitas (despesas) por natureza – A Companhia apresentou a demonstração do resultado do exercício por função. A seguir apresenta o detalhamento dos custos e despesas por natureza.

Conforme demonstração de resultado:

	2020	2019
Receitas líquidas	116.187	132.867
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(107.934)	(100.565)
Administrativas	(3.707)	(5.754)
Comerciais	(5.213)	(3.464)
Outras despesas operacionais, líquidas	433	(419)
Resultado operacional	(234)	22.665

Receitas (despesas) por natureza:

	2020	2019
Receita de produtos	33.901	70.364
Receita de serviços	97.258	78.305
Dedução de vendas – serviços	(8.826)	(4.503)
Dedução de vendas – produtos	(6.146)	(11.299)
Material	(33.650)	(50.255)
Serviços	(73.702)	(47.714)
Outros custos, líquidos	(358)	(1.348)
Garantias bancárias	(224)	(1.248)
Depreciação	(1.361)	(1.303)
Amortização	(165)	(141)
Despesa com pessoal	(4.584)	(6.964)
Despesa com baixa de intangível	–	(4)
Outras despesas, líquidas	(2.377)	(1.225)
Resultado operacional	(234)	22.665

24. Despesas financeiras, líquidas

Receitas financeiras:

	2020	2019
Juros e instrumentos financeiros ativos	978	1.367
Descontos obtidos	194	16
Outras receitas financeiras	–	1.666
Juros sobre empréstimos	–	–
Total receitas financeiras	1.172	3.049

Despesas financeiras:

	2020	2019
Juros e comissões sobre financiamentos	–	(2.020)
IOF sobre operações financeiras	(175)	(1.158)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(52)	(53)
Despesas concedidas	(211)	(187)
Impostos sobre receita financeira	(100)	(1.777)
Tarifas bancárias	(27)	(18)
Outras despesas financeiras	(168)	(240)
Total despesas financeiras	(733)	(5.453)

Despesas financeiras líquidas

	2020	2019
Total	(561)	(854)

25. Variações monetárias e cambiais, líquidas

Ativos:

	2020	2019
Fornecedores (i)	(256)	633
Outras (ii)	973	935
Total	717	1.568

Passivos:

	2020	2019
Fornecedores (i)	(4.812)	(1.329)
Total	(4.812)	(1.329)

Variações monetárias e cambiais, líquidas

	2020	2019
Total	(4.095)	239

Publicidade Legal

Sintel Tecnologia e Informação S/A

CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19			31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo Circulante		20.329.973,99	8.618.089,37	24.497.337,03	10.551.600,83	3.248.022,01	2.781.824,16	6.499.229,99	4.334.644,27	6.100.000,00	5.501.087,71
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.509.203,96	6.174.672,63	19.614.439,08	6.997.492,40	859.489,70	934.061,47	2.218.231,53	1.233.731,95	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		81.233,04	51.839,79	1.885.012,66	874.659,56	294.739,24	168.723,15	2.030.374,82	918.306,48	-	-
Aplicações financeiras		17.427.970,92	6.122.832,84	17.729.426,42	6.122.832,84	241.966,76	154.941,62	260.277,58	348.908,61	-	-
Outros Créditos		2.820.770,03	2.443.416,74	4.862.897,94	3.554.108,43	529.598,84	567.264,61	548.613,11	590.914,54	-	-
Duplicatas a Receber	5	2.048.401,12	2.186.955,45	3.921.622,40	2.830.119,98	546.095,10	97.856,02	665.602,58	383.805,40	-	-
Outros Créditos		736.490,39	222.039,36	776.200,30	356.286,41	776.130,37	658.977,29	776.130,37	658.977,29	-	-
Impostos a Recuperar		35.878,52	34.421,93	185.075,24	367.702,04	-	-	-	-	-	-
Não Circulante		5.102.156,08	6.759.362,81	4.122.526,49	6.537.915,37	8.135.984,26	97.672,66	8.135.984,26	345.173,55	10.000.000,00	6.397.955,40
Realizável a Longo Prazo	6	705.615,73	480.942,70	536.386,55	263.358,49	-	-	-	-	-	-
Investimentos	7	1.489.362,97	1.139.551,37	603.575,93	543.359,94	-	-	-	-	-	-
Ativo Permanente	8	2.907.177,38	5.138.868,74	2.982.564,01	5.730.996,94	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo		25.432.130,07	15.377.452,18	28.619.863,51	17.089.516,20	25.432.130,07	15.377.452,18	28.619.863,51	17.089.516,20	25.432.130,07	15.377.452,18
Balanco Patrimonial					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Passivo Circulante	Notas	Controladora		Consolidado		Saldo em 31/12/2018	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19						
Passivo Circulante		3.248.022,01	2.781.824,16	6.499.229,99	4.334.644,27	6.100.000,00	5.501.087,71	-	-	11.601.087,71	
Fornecedores		859.489,70	934.061,47	2.218.231,53	1.233.731,95	-	-	2.600.867,68	-	2.600.867,68	
Empréstimos e Financiamentos	9	294.739,24	168.723,15	2.030.374,82	918.306,48	-	-	(1.704.000,00)	-	(1.704.000,00)	
Obrigações Tributárias		241.966,76	154.941,62	260.277,58	348.908,61	-	-	2.600.867,68	(2.600.867,68)	-	
Obrigações Sociais e Trabalhistas		529.598,84	567.264,61	548.613,11	590.914,54	-	-	-	-	-	
Outras Obrigações		546.095,10	97.856,02	665.602,58	383.805,40	-	-	-	-	-	
Provisões		776.130,37	658.977,29	776.130,37	658.977,29	-	-	-	-	-	
Não Circulante		8.135.984,26	97.672,66	8.135.984,26	345.173,55	6.100.000,00	3.900.000,00	(3.900.000,00)	-	3.449.168,44	
Exigível a longo prazo		8.135.984,26	97.672,66	8.135.984,26	345.173,55	-	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	9	8.135.984,26	97.672,66	8.135.984,26	345.173,55	-	-	-	-	-	
Participação dos Quotistas Minoritários		-	-	(63.474,59)	681.551,50	6.100.000,00	-	-	-	12.497.955,40	
Patrimônio Líquido	11	14.048.123,84	12.497.955,40	14.048.123,84	11.728.147,41	-	-	-	-	-	
Capital Social		10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	-	-	-	
Reserva de Lucros		4.048.123,84	6.397.955,40	4.048.123,84	5.628.147,41	-	-	-	-	-	
Total do Passivo		25.432.130,07	15.377.452,18	28.619.863,51	17.089.516,20	25.432.130,07	15.377.452,18	28.619.863,51	17.089.516,20	25.432.130,07	
Balanco Patrimonial					Demonstração dos Fluxos de Caixa						
Receita operacional bruta	Notas	Controladora		Consolidado		Banco Itaú - c/c 44593-8	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19			31/12/20	31/12/19		
Receita operacional bruta		35.373.789,38	37.097.684,38	41.452.513,75	41.309.102,53	58.449,89	31.300,07	58.449,89	31.300,07	58.449,89	31.300,07
Deduções:		(2.048.854,36)	(2.098.774,82)	(2.948.897,94)	(2.334.123,93)	-	-	-	-	-	-
Receita líquida dos serviços prestados		33.324.935,02	34.998.909,56	39.103.615,81	39.064.978,60	58.449,89	31.300,07	58.449,89	31.300,07	58.449,89	31.300,07
Custo dos serviços prestados		(908.481,61)	(1.058.573,30)	(908.481,61)	(1.058.573,30)	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura		(1.054.355,53)	(1.499.657,32)	(1.054.355,53)	(1.499.657,32)	-	-	-	-	-	-
Produtos		(7.072.860,54)	(7.982.892,90)	(7.072.860,54)	(7.982.892,90)	-	-	-	-	-	-
Deslocamento/Viagens		(12.029,39)	(60.173,10)	(12.029,39)	(60.173,10)	-	-	-	-	-	-
Nacionais		(13.385,80)	(226.149,40)	(13.385,80)	(226.149,40)	-	-	-	-	-	-
Viagens Internacionais		(4.708.766,41)	(5.312.743,54)	(4.708.766,41)	(5.312.743,54)	-	-	-	-	-	-
Serviços Prestados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Custos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total custos dos serviços prestados		(13.769.879,28)	(16.140.189,56)	(13.846.687,20)	(16.140.189,56)	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84
Lucro Bruto Operacional		19.555.055,74	18.858.720,00	25.256.928,61	22.924.789,04	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas		(12.941.409,96)	(13.122.553,40)	(17.438.528,23)	(16.375.159,40)	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias		(395.106,98)	(210.805,45)	(395.106,98)	(210.911,69)	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização		(1.490.724,05)	(1.607.464,98)	(1.643.211,79)	(1.621.873,43)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras		(415.920,34)	(526.786,75)	(841.119,82)	(601.008,22)	-	-	-	-	-	-
Juros s/Empréstimos		(94.159,56)	(80.778,32)	(94.159,56)	(80.778,32)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras		405.100,29	455.802,74	712.948,89	456.879,93	-	-	-	-	-	-
Total das despesas/receitas operacionais		(14.932.220,60)	(15.092.586,16)	(19.699.177,48)	(18.432.851,13)	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84
Equivalência Patrimonial		349.811,60	88.022,58	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional		4.972.646,74	3.854.156,42	5.247.653,00	4.000.531,61	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84
Ganho sobre Perdas Sociedade Controladas		-	-	(310.098,13)	(491.406,30)	-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Impostos		4.972.646,74	3.854.156,42	5.247.653,00	4.000.531,61	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84
(-) Provisão para CSLL		(416.985,18)	(340.401,38)	(446.338,86)	(340.401,38)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para IR		(1.106.493,12)	(912.887,36)	(1.256.272,95)	(1.215.421,28)	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido		3.449.168,44	2.600.867,68	3.449.168,44	2.600.867,68	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84
Participação dos Minoritários		-	-	(95.872,76)	156.158,73	-	-	-	-	-	-
Resultado do Período		3.449.168,44	2.600.867,68	3.449.168,44	2.600.867,68	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84	17.427.970,92	6.122.832,84

IBM tem lucro líquido de US\$ 955 milhões no 1º trimestre



A IBM registrou lucro líquido de US\$ 955 milhões no primeiro trimestre de 2021, ou US\$ 1,77 por ação, uma queda em relação aos US\$ 1,84 do mesmo período de 2020. O resultado divulgado nesta segunda-feira, no entanto, ficou acima do US\$ 1,69 esperado por analistas ouvidos pelo FactSet.

Já as receitas ficaram em US\$ 17,7 bilhões, em uma leve alta com relação aos US\$ 17,6 bilhões do mesmo período no ano passado.

Após a divulgação do balanço, a ação da empresa subiu 2,61% no after hours da Bolsa de Nova York, às 17h44 (de Brasília).

“O forte desempenho neste trimestre foi impulsionado pelo aumento da adoção dos clientes de nossa plataforma de nuvem híbrida, e o crescimento em software e consultoria nos permitiu ter um início de ano sólido”, afirmou o CEO Arvind Krishna, em comunicado. “Embora tenhamos mais trabalho a fazer, estamos confiantes de que podemos alcançar o crescimento da receita para o ano inteiro e cumprir nossa meta de fluxo de caixa em 2021”, concluiu.

A empresa também indicou o pagamento de dívidas desde o final de 2020, em uma soma de US\$ 5,1 bilhões, que reduz seu déficit total para US\$ 56,4 bilhões.

Os empréstimos e financiamentos são compostos pelos contratos de financiamento do BNDES, cujas taxas de juros são definidas com base ("IPCA"), calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 1,83 % ao ano e pelo spread do BNDES de 2,39 % com seus vencimentos previstos até abril de 2027. Pelo arrendamento mercantil (leasing) cujas taxas de juros são definidas com base no TRA (Valor Definitivo do Arrendamento), mais encargos adicionais e são garantidas pela alienação do bem, têm seus vencimentos previstos até julho de 2022.

Índices BNDES: Parágrafo XX Contrato BNDES - Mantar, durante a vigência deste Contrato, os seguintes índices, expressos com duas casas decimais, sem arredondamento, e apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários:

Início	Vencimento	Banco	Tipo da Conta	Taxas	Parcela	Principal	Juros	Amortizações	Saldo Contábil
02/08/19	02/07/22	Daycoval	Arrendamento Mercantil	Coefficiente 0,030170 - Pré-Fixado	36	149.715,36	35.348,76	(87.391,56)	97.672,56
31/03/20	15/04/27	BNDES	Contrato de Financiamento	1,83% a.a (IPCA)	-	8.100.000,00	233.050,94	-	8.333.050,94
Total Endividamento						8.249.715,36	268.399,70	(87.391,56)	8.430.723,50
									294.739,24
									8.135.984,26

Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT): Igual ou maior que 0,40 (quarenta por cento);

Dívida Bancária Líquida/EBITDA (DBL/EBITDA): Igual ou menor que 3,00 (três);

PL/AT (PL/AT): 0,55 (DBL/EBITDA): 1,28

Pagamento a acionistas/colistas: Parágrafo XLI.3 Contrato BNDES - No ano de celebração deste Contrato, os pagamentos aos acionistas/colistas estão limitados a 50% do Lucro Líquido apurado no Exercício Financeiro Anterior, conforme demonstrativo financeiro enviado ao BNDES por correspondência eletrônica da FINACIADA, datada de 14/02/2020.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte todas as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga

Após testes na China, Banco Central avança com moeda digital brasileira e estuda modelo de emissão



Pouco depois de o governo chinês dar a largada na fase de testes de sua moeda virtual, popularmente conhecida como e-yuan, o Banco Central brasileiro anunciou avanços sobre o tema.

O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmou que trará “em breve” novidades sobre o lançamento do dinheiro digital oficial, que vem sendo desenhado pela autoridade monetária nos últimos meses.

Segundo o Banco Central, os estudos na área avançaram bastante. A primeira etapa do cronograma para o lançamento da moeda digital brasileira foi a criação de um grupo de trabalho, em agosto do ano passado, para discutir

impactos, benefícios e custos do novo modelo monetário.

Desde então, o BC trabalha na produção de um relatório detalhado, já com alternativas para a implementação do dinheiro virtual até 2022. Na época, a ideia era que o documento fosse produzido em seis meses, mas, de acordo com o BC, ainda não ficou pronto.

O relatório será entregue à Diretoria Colegiada, que tomará a decisão de levar ou não adiante o projeto. A moeda digital emitida pela autoridade monetária seria apenas uma nova forma de representação do dinheiro já em circulação. Ou seja, faria parte da base monetária do país.

O novo modelo é amplamente defendido por Campos

Neto. O objetivo do BC com a implementação do sistema de pagamentos instantâneos, o Pix, e do open banking é que ambos culminem na criação de uma moeda digital.

O open banking, ou sistema financeiro aberto, abre caminho para que o consumidor compartilhe seus dados com outras instituições em busca de melhores condições de crédito e de produtos financeiros em uma única plataforma.

Para especialistas, além da pandemia de Covid-19, que adiantou o movimento de digitalização de pagamentos, o avanço da China no tema deve fazer com que outros países —inclusive o Brasil— acelerem a implementação de suas moedas virtuais.

Com pandemia, empresas reduzem dividendos em R\$ 38 bilhões em 2020

A crise econômica causada pela pandemia da covid-19 fez muitas empresas revisarem o volume de dividendos pagos aos seus acionistas no ano passado. Levantamento feito pela consultoria de informação financeira Economática, com 246 companhias negociadas na Bolsa de Valores, mostrou que a queda nos pagamentos somou R\$ 38 bilhões comparado a 2019. O volume representou recuo de quase 30%.

Sem considerar a Vale, que sozinha distribuiu mais de R\$ 18 bilhões aos detentores de suas ações, as companhias pagaram R\$ 91,3 bilhões aos acionistas em 2020. No ano anterior, esse número estava na casa de R\$ 129,1 bilhões. Uma das explicações

para essa queda está na incerteza sobre os impactos gerados pela pandemia. Diante do cenário instável, a estratégia de muitas empresas foi preservar o caixa e fazer poupança para conseguir atravessar com segurança a turbulência do momento.

O advogado Luiz Eduardo Corradini, sócio do escritório Cascione Pulino Boulos, destaca que a pandemia do coronavírus começou a se agravar exatamente na época em que as empresas estavam deliberando sobre o pagamento dos dividendos. Pelas regras, elas têm até o fim de abril para definir os volumes em assembleias — período do ano passado em que boa parte do País estava em lockdown.

Estado SP



O que é Ibovespa?



O movimento de “sobe e desce” das ações (frações de capital de uma empresa; quem compra ações torna-se sócio) no país é avaliado, em tempo real, em todos os dias úteis da semana, por meio do Ibovespa. Esse é o principal indicador das ações negociadas na B3 (bolsa de valores brasileira).

O indicador é observado com atenção por analistas do mercado financeiro, investidores, imprensa especializada e por quem quer saber como anda a economia do país, já que é um termômetro do desempenho das empresas e, por consequência, da atividade econômica brasileira.

Criado em 1968, o Ibovespa é formado por uma carteira teórica de ativos negociada na bolsa. Mas nem todas as ações de empresas listadas na B3 fazem parte do índice. No Ibovespa, estão os papéis mais negociados nos últimos meses, reunindo ações que tiveram maior volume de movimentação de dinheiro. Periodicamente, a B3 reavalia as ações que fazem parte do Ibovespa.

O Ibovespa foi criado um ano depois do surgimento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Como explica a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no guia Como funciona a bolsa?, a instituição é um “ponto de encontro” de investidores interessados

em comprar e vender ativos.

Quando se fala em bolsa, é comum vir à mente a imagem de uma sala com pessoas gritando ao telefone para comprar ou vender papéis. Mas a CVM lembra que a partir de 2005 na Bovespa e de 2009 na BM&F (que na época eram sociedades diferentes), o pregão presencial viva voz foi extinto, e as negociações passaram a ser realizadas por meio de sistemas eletrônicos.

Mas o conceito continuou o mesmo: há um ambiente de negociação (eletrônico) em que as ordens de compra e venda são registradas. A B3 – Brasil, Bolsa e Balcão – administra o sistema de negociação de ativos.

Kelly Oliveira/ABR

Negócios

Venda da Hering à Arezzo envolve questões de negócio e familiares



A divulgação de uma negociação entre duas das maiores varejistas movimentou os bastidores do mercado financeiro nessa semana: a Arezzo, um grupo calçadista que tenta se converter em uma gigante da moda nacional, fez uma proposta de 3 bilhões de reais para comprar a Hering, tradicional rede de moda que hoje tem 778 lojas. Por trás dessas conversas, há fatores de negócio – como a necessidade de a Arezzo se expandir e ganhar musculatura – e também questões mais pessoais, como a suposta pouca disposição da família Hering em tocar seu negócio adiante.

Conversando com fontes próximas às negociações,

o Estadão descobriu que a questão envolve um plano estratégico antigo, de um lado, e a perda de paciência com um negócio que falhou em mostrar recuperação ao longo de vários anos, de outro. A Arezzo traçou há cerca de cinco anos um plano estratégico de ir além dos calçados e virar um “player” de moda: já comprou a Reserva, que tinha Luciano Huck como sócio. E a Hering seria um passo mais ousado – e mais arriscado – para colocar esse objetivo definitivamente em pé.

Além de ter um número muito maior de lojas, a Hering – comandada pelo empresário Fabio Hering, membro da família fundadora da marca – é uma empresa centenária (criada em 1880)

e que também tem um considerável parque industrial instalado. Tradicionalmente, a Arezzo sempre trabalhou com produção terceirizada.

O grupo Arezzo – que também inclui marcas como Alexandre Birman, Schutz, Anacapri e Vans – decidiu que está pronto para este salto, apesar das dificuldades que o varejo enfrenta em meio à pandemia de covid-19. A alta cúpula da Arezzo passou os últimos dias em reuniões e deverá formar um grupo de trabalho para tratar sobre a proposta para a Hering, afirmou uma fonte. “A hora de agir, para quem está forte neste momento, é mesmo agora”, definiu um banqueiro.

Exame

Mercado Livre dobra de valor e aposta no Brasil durante a crise de Covid-19



L logo depois de começar a operar, o Mercado Livre enfrentou a crise financeira no início dos anos 2000, que aniquilou empresas .com, aquelas nascidas na rede ou que migraram para lá na bolha que não demorou a estourar.

Após estrear na Nasdaq, a Bolsa de tecnologia de Nova York, em 2007 —a primeira empresa latino-americana de tecnologia a fazê-lo—, veio outra crise, a de 2008, que derrubou mercados e o valor das empresas listadas.

A pandemia seria o terceiro desafio do tipo para a companhia, e os números demonstram que, diante da nova crise, ela emerge outra vez: seu valor de mercado dobrou

A rotina nos escritórios depois da pandemia: mais espaço, ventilação e uso da tecnologia

Quando o pior da pandemia de coronavírus for superado e houver o início de uma retomada do trabalho presencial nos escritórios, muita coisa será diferente para os trabalhadores.

Um exercício realizado por Marcelo Barbosa, professor de arquitetura e urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e sócio do escritório Bacco Arquitetos, tentou esboçar como será essa volta aos escritórios.

Na visão do professor, haverá muita automação, aumento do uso da tecnologia, uma tentativa de aproveitar a ventilação natural e obviamente mais espaço en-

tre as estações de trabalho.

Com a popularização do home office para muitas categorias, a expectativa é que a rotina de trabalho possa ser mais híbrida – com divisão entre dias presenciais e em casa –, o que deve permitir uma circulação menor de pessoas no trabalho.

O menor fluxo de pessoas deve fazer com que as estações de trabalho ganhem mais espaço e salas de videoconferência sejam criadas, substituindo os espaços tradicionais.

Para dar conta de manter todos os funcionários conectados, os escritórios também devem ganhar um espaço para armazenar mais servidores.

G1



e irá contratar mais de 7.000 funcionários no Brasil, país onde a base de usuários cresceu 71% no último trimestre de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019.

Fundada na Argentina em 1999, a empresa chegou ao mercado brasileiro um ano depois. O país representa 54% da receita líquida da operação, presente em 18 países. São 74 milhões de pessoas que usam Mercado Livre para comprar e vender produtos pela internet. A América Latina contabiliza 23 vendas por segundo.

Os números do Mercado Livre decorrem do mesmo fenômeno que beneficiou empresas como Magazine Luiza, que fez aquisições em série, e

Amazon (que inaugurou quatro centros de distribuição durante a pandemia): o impulso que o e-commerce ganhou com as medidas de distanciamento social adotadas para conter o avanço da Covid-19.

Uma vantagem é que a empresa não precisou despende esforços com a migração ao digital —a não ser de parte da força de trabalho que foi para home office. Seu modelo de negócios nunca dependeu de uma loja física.

Para o Mercado Livre, o último ano foi marcado pelo fortalecimento dos serviços financeiros, prestados pela fintech Mercado Pago, e pela ampliação da rede de logística própria, utilizada em 90% dos envios.

Biznews